

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA NAS NOVAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL:
DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA NA ÁFRICA
AUSTRAL- SADC.**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Autor: Silvia Crislaine de Almeida Sita

Orientador: Professor Doutor Luís Manuel Vítor dos Santos Moita

Maio de 2017

Lisboa

*Aos meus amados pais, António Sita e Ana Sita, por todo o apoio e dedicação que
sempre me doaram.*

Agradecimentos

Quero agradecer em primeiro lugar à Deus todo poderoso, pois nada neste mundo acontece sem a Sua divina permissão.

Agradeço aos meus queridos pais, pela oportunidade de poder ter acesso à educação noutra prisma, pois graças aos dois, pude expandir os meus horizontes, soltar-me e beber de sábias experiências fora do colo deles, o que nem sempre foi fácil estar longe de casa. Valeu a pena de certo modo, as saudades, os aniversários distantes, as lágrimas de desespero e a ausência física em momentos importantes.

Cresci longe dos vossos olhos, mas sempre fizeram-se muito presentes. Obrigada pelo apoio nos momentos difíceis e de alguma indecisão, foi fundamental para que eu prosseguisse com firmeza. Papá, tu és um grande exemplo de vida para mim, és a minha maior inspiração. Mamã, eu admiro-te tanto, em tudo o que fazes, e principalmente pela força que tens. Aos meus queridos irmãos, Jassira Sita e António Sita (Gy), o meu fã *club* indubitável, o meu muito obrigado. Amo-vos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Moita, a quem tenho uma grande estima, respeito e admiração, e que, desde o momento em que soube que seria o meu orientador nesta “aventura”, tive a plena certeza de que estaria em boas mãos. É para mim uma biblioteca. Agradeço por toda a paciência demonstrada, pela precisão nas observações para a melhoria de cada frase no decorrer da elaboração desta dissertação, e agradeço ainda, por ter estado sempre disposto a responder-me a cada e-mail de “chatice” que lhe enviava.

Ao Doutor Elias Chinguli, meu ilustre Director, mesmo não tendo noção da dimensão da ajuda que me doou no decorrer deste trabalho, o meu muito obrigada, foi fundamental. Prestei atenção a todas as “aulas” leccionadas em conversas informais no Gabinete. Obrigada por ter dispensado uns minutos do vosso precioso tempo para aconselhar-me sempre que recorri a si.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para que se efectivasse a realização deste sonho. O meu muito obrigada!

“Concedei-nos Senhor, serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguirmos umas das outras.”

Reinhold Niebhr

Resumo em português

A descolonização foi bastante diferente entre os países da região da África Austral, marcada por transições pacíficas, como no caso do Botswana, Malawi, Zâmbia, Lesoto e Suazilândia, e por transições muito violentas, como Angola e Moçambique. Ainda que estes acontecimentos tenham deixado marcas próprias, estes processos só podem ser melhor compreendido, se os contextualizarmos internacionalmente, como por exemplo o contexto da Guerra Fria.¹

Logo após à declaração da independência de Angola, iniciou-se a Guerra Civil, travada entre os três movimentos de libertação, uma vez que a UNITA e a FNLA, estavam inconformados com a sua derrota militar e a exclusão do sistema político: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que no fundo era o governo de Angola independente, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), estes disputavam pela liderança de Angola.

As duas superpotências mundiais envolvidas na Guerra Fria, apoiaram uma das partes do conflito civil, de igual modo, os regimes ditatoriais como a ditadura de Mbutu no Zaire, e principalmente a manutenção do regime do *apartheid* na África do Sul, originando uma série de acontecimentos marcantes, podendo até que existe uma África Austral antes e outra pós-*apartheid*.

Dado ao grande desequilíbrio existente entre a África do Sul e o restante da região, este assumiu um papel preponderante de potência dinamizadora na região austral, e adoptava medidas desestabilizadoras aos Estados dependentes. Grande parte destes países dependiam da África do Sul. Por intemélio do regionalismo, criou-se a SADC, para fazer frente as políticas desestabilizadoras da África do Sul. Os Estados que compõe a África do Sul uniram-se em torno das mesmas estratégias e objectivos, de modo a criarem condições que não as tornassem tão dependentes da África do Sul e tão pouco sujeitos as políticas desestabilizadoras da mesma.

Das consequências do *apartheid*, a SADC pode ser considerada uma delas, embora que de um modo indirecto, dado que é uma continuação de SADCC. A SADC é

¹ Dr.Elias Chinguli, Director do Gabinete de estudos Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola.

uma organização regional, criada por um tratado, com os objectivos e estratégias bem traçadas, e composta por órgãos próprios com as suas funções devidamente definidas.

Num mundo globalizado, a integração regional tem sido uma realidade cada vez mais concreta. O interesse nos processos de integração regional teve um aumento evidente nas últimas décadas do século XX. A globalização veio estimular o regionalismo.²

Angola após a sua independência tem tido um papel fundamental nas organizações regionais em África. Este Estado para além ser membro da SADC, é também membro da CIRGL e da ECOWAS. Tem uma actuação importante na resolução dos conflitos regionais.

Como é sabido, África é caracterizada por conflitos intermináveis. As fronteiras são naturais, ou seja, os Estados estão separados grande parte das vezes por rios e florestas. O que preconiza um alastramento de conflitos, com bastante facilidade.

Angola tem consciência de que um conflito mal resolvido nas proximidades das suas fronteiras, rapidamente sentirá as consequências no seu território. Depois de longos períodos de conflitos intermináveis, é impensável voltar a passar pela mesma situação.

Sem ingerir nos assuntos internos dos outros Estados, por meio do diálogo como recomenda a Carta das Nações Unidas, Angola tem tido um papel importante na resolução dos conflitos sobretudo na Região dos Grandes Lagos. Já assumiu a presidência dos Grandes Lagos, e hoje assume a presidência do Fórum Parlamentar da SADC, sem esquecer que já foi membro não-permanente do CSNU recentemente.

Ao longo das pesquisas bibliográficas que fui realizando para a desenvoltura deste trabalho, constatei uma evolução Angola nas suas Relações Internacionais, teve um crescimento notório no que concerne é a sua postura e conduta internacional. Propôs-se a “caminhar” com os quinze estados-membros da SADC, ainda que tendo consciência de que o trajecto nunca seria fácil.

² (Saraiva 2007) HOBSEAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

É um Estado que ainda tem muito que aprender, mas que não se deixa vencer nem influenciar pelos demais Estados que apresentam um índice de desenvolvimento a nível económico, social e político, muito pelo contrário, cria relações bilaterais para o alcance de um objectivo comum.

Palavras-chave: Integração Regional, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, (SADC), Política Externa, relações bilaterais, relações internacionais, diplomacia.

Abstract

The decolonization was quite different among countries in the Southern African region, marked by peaceful transitions, as in the case of Botswana, Malawi, Zambia, Lesotho and Swaziland, and by very violent transitions such as Angola and Mozambique. Although these events have left their own marks, these processes can only be understood if we contextualize them internationally, as for example the context of the Cold War.

Immediately after the declaration of Angola's independence, the Civil War began, between the three liberation movements, since UNITA and FNLA were unhappy with their military defeat and the exclusion of the political system: Popular Movement of (MPLA), which was basically the independent government of Angola, and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA), National Front for the Liberation of Angola (FNLA), were fighting for the leadership of Angola.

The two world superpowers involved in the Cold War supported each one, one parties in the civil conflict as well as dictatorial regimes such as the dictatorship of Mbutu in Zaire, and especially the maintenance of the apartheid regime in South Africa, giving rise to a series of marked events, There is a Southern Africa before and another post-apartheid.

Given the major imbalance between South Africa and the rest of the region, South Africa took a leading role as a driving force in the southern region, and took destabilizing measures to dependent States. A large part of these countries depended on South Africa. In the wake of regionalism, SADC was created to address South Africa's policies. The South African states united around the same strategies and objectives, in order to create conditions that would make them not so dependent on South Africa and subject to the destabilizing policies of South Africa.

From the all consequences of apartheid, SADC can be considered one of them, although in an indirect way, given that it is a continuation of SADCC. SADC is a regional organization, created by a treaty, with well-defined objectives and strategies, and composed of its own bodies with their duly defined functions. In a globalized world, regional integration has been an increasingly concrete reality. Interest in regional integration processes has increased markedly in the last decades of the twentieth century. Globalization has stimulated regionalism.

After Angola's independence the country has played a key role in regional organizations in Africa. This State, in addition to being a member of SADC, is also a member of CIRGL and ECOWAS. It plays an important role in resolving regional conflicts. As is well known, Africa is characterized by endless conflicts. Boundaries are natural, states are often separated by rivers and forests. The one that advocates a spread with enough facility of conflicts.

Angola is aware that an unresolved conflict near its borders will soon feel the consequences on its territory. After long periods of endless conflict, it is unthinkable to go through the same situation again.

Without engaging in the internal affairs of other States, through dialogue as recommended by the Charter of the United Nations, it has played an important role in resolving conflicts, especially in the Great Lakes Region. He has taken over the presidency of the Great Lakes, and now takes over the presidency of the SADC Parliamentary Forum, not forgetting that he was a non-permanent member of the Council of the United Nations recently.

It is a state that during my bibliographical researches have been doing for the ease of this work, I have been observing an evolution in its International Relations, it has had a notable growth in what it is its international attitude and conduct. It was proposed to "walk" with the fifteen member states of SADC, although being aware that the route would never be easy.

It is also a state that still has much to learn, but that does not allow itself to be defeated or influenced by other states that have an economic, social and political development index, a part of that, it creates bilateral relations to reach a common goal.

Keyword: Regional Integration, Southern African Development Community (SADC), Foreign Policy, bilateral relations, international relations, diplomacy.

Índice

Lista de siglas.....	12
Introdução.....	14

Capítulo I

1. <u>Guerra Civil e a Independência</u>	17
1.1. Acordos de Bicesse.....	19
1.2. Angola pós-Guerra Civil.....	22
1.3. Batalha do Cuito Cuanavale	24

Capítulo II

2. <u>Processo de Integração regional</u>	
2.1. Globalização e Integração Regional.....	28
2.2. Modelos de integração regional	34
2.3. Custos do processo de integração.....	36

Capítulo III

3. <u>O surgimento da SADC</u>	
3.1. Da SADCC a SADC	40
3.2. SADC	43
3.3. Objectivos da SADC.....	52
3.4. Agenda comum da SADC e o plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional (RISDP).....	56
3.5. Desafios que a SADC enfrenta.....	65

Capítulo IV

4. Diplomacia e Política Externa

4.1. A política externa de Angola na África Austral.....	73
4.2. SADC e a Guerra Mundial de África: os conflitos na RDC.....	78
4.3. As relações bilaterais de Angola.....	87
4.3.1. O papel de Angola no conflito da RDC.....	89
4.3.2. As relações bilaterais entre Angola e a África do Sul.....	91
4.3.3. Angola na resolução dos conflitos.....	93

Capítulo V

5. Angola nas Relações Internacionais

5.1. Angola na presidência do FP-SADC.....	97
5.2. Angola no CSNU.....	100

6. Conclusão.....	105
7. Bibliografia.....	109
8. Índice de ilustrações.....	111

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AFDL- Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire

CIRGL- Conferência Internacional dos Grandes Lagos

CEDEAO- Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas

CVDT- Convenção de Viena Sobre os Tratados.

CONSAS- Constellation of Southern African States

CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ECOWAS- Economic Community of West African States

EUA- Estados Unidos de América

EU- União Europeia

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

FP-SADC - Fórum- Parlamentar da SADC

MLC- *Mouvement de Libération du Congo*

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO- *North Atlantic Treaty Organization*

OUA- Organização da União Africana

OTAN- Organização do Tratado Atlântico Norte

RISDP- *Regional Indicative Strategic Development Plan*

RCD- *Ressement Congolais Pour la Democratie)*

RDC- República Democrática do Congo

SADC-*Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

SADCC- *Southern African Development Coordination Conference*

SI- Sistema Internacional

SIDA- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

SIPO- *Strategic Indicative Plan for the Organ* (**Plano Indicativo Estratégico para o Órgão**)

UA- União Africana

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VIH- Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

Com este trabalho pretendo abordar a política externa de Angola na África Austral, através da organização regional, que de certo modo, domina a política regional da África subsariana, a SADC.

Usei o método indirecto para a obtenção de dados necessários a fim de poder chegar ao objectivo do meu trabalho, que é, saber se Angola, um Estado marcado por fortes conflitos, com uma Democracia em construção, e com algumas particularidades que poderão ser um entrave à sua preponderância enquanto potência regional, poderá um dia fazer frente aos demais Estados-membros da SADC, sobretudo à África do Sul? De que modo deverá caminhar, que estratégias usar, para que a sua voz e presença se faça sentir enquanto potência regional?

Definir a África Austral em termos geográficos não é tarefa fácil, pois para uns abrange somente os países a sul de Angola e de Moçambique, enquanto que para outros, engloba os dois, alastrando-se até a Tanzânia. Na desenvoltura deste trabalho, assumiremos a análise desta região, como África Austral correspondendo aos Estados-membros que compõe a SADC.

Dividi este trabalho científico em cinco capítulos. Comecei por fazer um enquadramento histórico, debruçando-me sobre a independência de Angola, de um modo bastante sintetizado, não indo muito a fundo da questão, mas não podendo deixar de parte alguns marcos históricos para este país, como por exemplo a batalha do Cuito Cuanavale e os acordos de paz.

No segundo capítulo debrucei-me sobre o fenómeno da globalização, para uma melhor contextualização do processo de integração regional. Os Estados tendem a agrupar-se, o que os torna mais fortes no Sistema Internacional, diferente dos Estados que optam por um isolacionismo. O regionalismo aparece para suprir a necessidade de os Estados actuarem no SI, unidos pelos mesmos interesses e objectivos.

Ainda sobre este capítulo, falo também sobre os modelos da integração regional, bem como, os custos deste processo. Dadas diferenças entre os Estados, a nível económico, social e até político, não é fácil o processo de regionalismo, pois, determinadas etapas levam tempo para serem alcançadas, uma vez que as condições que

caracterizam este processo nem sempre são satisfatórias ou benéficas para todos os Estados-membros.

Quanto ao terceiro capítulo reservo-o para falar sobre a SADC enquanto organização regional. Começo por falar da sua evolução, objectivos, agenda e os desafios que tem vindo a enfrentar. No quarto capítulo, faço menção sobre diplomacia e política externa. Faço uma breve descrição do que é a diplomacia e a política externa, sobretudo no que diz respeito ao nosso objecto de estudo, actuação de Angola na África Austral.

Não esquecendo os acontecimentos que marcam esta região, que apresenta bastante instabilidade política, conflitos que se mostram intermináveis, como o caso da RDC. As relações bilaterais de Angola, não ficaram de parte, retratei a posição de Angola nos conflitos da RDC e as suas relações com a África do Sul, considerada como um dos gigantes da África Austral.

Por último e não menos importante, o quinto capítulo, atribui o título de Angola nas Relações Internacionais, pois falo sobre o seu papel na SADC, nomeadamente no FP-SADC e a sua participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto membro não permanente.

Capítulo I

1. A Guerra Civil e a Independência em Angola.

Angola é um país da costa ocidental africana, está limitado a norte e nordeste pela República Democrática do Congo e a República do Congo (Congo Brazzaville), a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. É um país bastante rico em recursos naturais, e daí a disputa entre as potências estrangeiras, por estes recursos.

Foi conquistada pelo Estado português e fez-se colónia portuguesa até 1975. Tornou-se num Estado independente a 11 de Novembro de 1975, na sequência de um golpe militar que pôs fim a ditadura em Portugal, a Revolução dos Cravos a 25 de Abril de 1974.³.

Logo após à declaração da independência, iniciou-se a Guerra Civil, travada entre os três movimentos de libertação, uma vez que a UNITA e a FNLA, estavam inconformados com a sua derrota militar e a exclusão do sistema político: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que no fundo era o governo de Angola independente, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), FNLA, batalhavam pela liderança de Angola.

A Guerra Civil foi o cenário mais escuro da história de Angola. Durante o período da guerrilha civil, o país ficou devastado, reflectindo-se na esfera económica, política e social. Muito sangue foi derramado (500 mil mortes), e as famílias ficaram desestruturadas, de igual modo, grande parte das infra-estruturas foram destruídas e deu-se a um grande fluxo de imigração (mais de um milhão), pois grande parte da população com medo do terror instalado, foi forçada a deixar as suas províncias de origem, bem como o próprio país.

³ Os meses de negociações entre Portugal e os três partidos angolanos levaram ao Acordo de Alvor de 15 de Janeiro de 1975, aonde se estabeleceu um governo de transição e fixou-se a data da independência de Angola para 11 de Novembro de 1975. O Acordo de Alvor foi um símbolo de grande esperança, representava um conjunto de compromissos abertos ao debate, e uma forte determinação em impor a paz, durante o período de transição para a independência, que era mais longo do que no caso das outras ex-colónias portuguesas.

Para além dos problemas vivenciados dentro do território angolano, o período de Guerra Civil serviu de campo de batalha durante a Guerra Fria, entre as duas grandes superpotências, Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Deu-se um forte envolvimento internacional do conflito, de modo directo e indirecto, por forças opostas como: União Soviética, Cuba, África do Sul e os Estados Unidos.

As superpotências EUA e a URSS, disputavam as zonas de influência, através do estabelecimento de alianças, e o reforço destas, com a criação de organizações políticas e militares. Foi nesta conjuntura que a Guerra Civil angolana, tornou-se mais do que nunca, num conflito alimentado pela Guerra Fria, com as duas grandes superpotências a apoiarem cada uma das partes em confronto no território angolano, como acima referido.

Este conflito de libertação nacional, já se estendia a demasiados anos, trazendo consequências graves a cidadãos militares e civis, e, deste modo, o partido da FNLA, após a independência de Angola, retirou-se do conflito, permanecendo somente, os dois maiores: MPLA (o governo de Angola independente) e a UNITA.

A guerra durou 27 anos e terminou com a morte em combate, do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, no ano de 2002. Na sequência deste acontecimento, foi assinado um acordo de paz entre os dois partidos políticos com mais influência no país (MPLA e a UNITA).

1.1- Os Acordos de Bicesse

O acordo de Bicesse foi assinado em 1991, com o objectivo de resolver os conflitos internos do país.

Debruçando-me de modo sucinto sobre o que é o Acordo de Bicesse, passo a referir que este foi assinado a 31 de Maio de 1991, com a finalidade de pôr termo aos conflitos vivenciados em Angola e alcançar a paz por todo o território nacional.

Este processo de paz foi mediado por Portugal e assinado na presença dos EUA e URSS. Estes últimos, como membros observadores no processo. O cessar-fogo deveria ser total e definitivo, garantindo a livre circulação de pessoas e bens.

É de referir, que foi notória uma certa credibilidade neste processo por parte do povo angolano, devido à presença de Portugal, que era o país colonizador, e de dois países que ajudaram as partes em conflito. Estes factores aumentaram a confiança do povo angolano, quanto ao objectivo de resolução das questões internas do país.

O processo do Acordo de Bicesse teve o apoio das Nações Unidas para assegurar o bom funcionamento e cumprimento do mesmo. Durante a tentativa de implementação do acordo de paz, esteve em Angola, uma missão das Nações Unidas, a UNAVEM II, liderada pela diplomata *Margareth Anstee*⁴.

O Acordo teve dificuldades de ser implementado, não foram respeitados os princípios estipulados, e de igual modo, não haviam condições suficientes e credíveis para que este resolvesse os transtornos internos de Angola. Uns dos seus princípios, consistia na preparação de eleições multipartidárias e presidenciais, que deveriam ser realizadas logo a seguir ao ano da assinatura. Falando das eleições, estas foram realizadas sem antes se cumprir com o objectivo de formar uma força militar angolana única, o que poderia impedir que as partes se mantivessem com forças próprias.

Durante o processo, foram feitas promessas por parte da Comunidade Internacional, baseadas em apoios financeiros para a reconstrução do país, mas estas

⁴ Margareth Anstee, antiga representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, e chefe da UNAVEM II.

promessas não foram materializadas. O que Angola precisava não era tanto o dinheiro, mas a estabilização da paz, e uma paz sustentável não carece somente de bens monetários, antes fosse, pois, perante tais circunstâncias, o que o país precisava era de organização e administração, uma vez que desde a sua independência, ninguém conseguiu controlar o território angolano, devidas circunstâncias da guerra.

Margareth Anstee considerou uma falha da Comunidade Internacional, quanto ao tratamento que deu ao Governo de Angola, que pretendia ver realizada uma conferência de doadores, depois da assinatura dos acordos de paz. “Não se realizou a conferência internacional de doadores, porque a Comunidade Internacional dizia que “Angola é muito rica e não precisava”. (*Margareth Anstee* em entrevista ao Jornal de Angola durante uma visita a Angola, em 2014).

Outro factor que estive na base do reiniciar da Guerra Civil tem a ver com a missão da ONU, a UNAVEM II⁵, na altura não dispunha de um mandato e de meios que se adequassem com a tarefa enorme que tinha pela frente, num país muito vasto territorialmente. Estas dificuldades foram na altura reclamadas pela Diplomata acima mencionada, que dizia, ter podido derrubar os planos de retorno à guerra por parte da UNITA, caso a ONU lhe desse mil capacetes azuis, mas tal não foi possível, e em parte, esta, culpa a ONU pelo fracasso da UNAVEM II.

“Certa vez em Abidjan, em Maio de 1993, preparávamos a assinatura de um acordo de cessar-fogo, mas para convencer a UNITA a assinar precisava de um contingente simbólico de capacetes azuis para assegurar a retirada das suas tropas das cidades que tinham ocupado nos últimos meses”. (*Margareth Anstee* em entrevista ao Jornal de Angola durante uma visita a Angola, em 2014).

“Solicitei o contingente, que era crucial para a assinatura do acordo e disseram-me que não. Foi-me dito que as forças tinham de ir para a Jugoslávia, suponho que por ser um país europeu, se calhar, para eles, mais importante que um país africano. Magoou-me muito a indiferença da Comunidade Internacional. Ao receber aquela resposta fiquei

⁵ Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, estabelecida em Maio de 1991 e durou até Fevereiro de 1995. Esta foi a segunda missão de Paz das Nações Unidas, implantada em Angola durante o curso da Guerra Civil Angolana.

desiludida e então decidi terminar a minha missão”. (*Margareth Anstee* em entrevista ao Jornal de Angola durante uma visita a Angola, em 2014).

Para a diplomata inglesa, a exigência da UNITA podia até ser falsa, mas gostava de poder dizer-lhes que tinha conseguido o contingente. “Talvez tenha sido um “bluff” o pedido da UNITA, mas gostava de ter podido dizer-lhes “estão aqui os capacetes azuis que pediram, e agora assinam ou não?”. (*Margareth Anstee* em entrevista ao Jornal de Angola durante uma visita a Angola, em 2014).

Com os constrangimentos acima referidos, foi difícil alcançar a paz conforme esperado. O que aconteceu, foi um adiamento da paz, porque a UNITA recusou-se a aceitar a vitória do MPLA, nas eleições, e do líder deste partido, José Eduardo dos Santos, na primeira volta das eleições presidenciais, realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992.

1.2- Angola pós-Guerra Civil

Após ao término dos conflitos, e com o alcance da paz, os vestígios deixados são ainda presentes. Tomo como exemplo, a questão das minas deixadas por quase todo o território angolano, e em pontos bastante estratégicos, e de difícil alcance para a realização do devido desmantelamento do instrumento bélico em questão.

São inúmeras as histórias de cidadãos, que morreram ao pisarem em minas bem camufladas, no decorrer das suas actividades agrícolas, banhos de higiene íntima e lavagem de vestuários nos rios, ou simplesmente por um azar ao pisar em falso em qualquer espaço propício à estratégia de colocação das minas aonde menos se esperava.

O Estado, iniciou um programa de desminagem por todo o país, uma vez que a questão das minas era um factor que contribuía para o aumento do número de mortes repentinas em Angola, sobretudo em partes do país aonde a guerra fez-se sentir com maior intensidade.

Angola tem sido útil na resolução de muitos conflitos em África, é “solidário” aos seus “irmãos” africanos. Tem um papel de actuação importante em diversas organizações africanas de que faz parte, e tem voz preponderante nas mesmas. Tais organizações como, CLPL, UA, SADC e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Desde os primórdios da independência, Angola desenvolveu as linhas mestras da sua Política Externa, de modo a elevar os seus objectivos na esfera internacional. Passo a referir, que a Política Externa é a actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com destaque internacional, de modo a realizar os objectivos que lhe são próprios. Quanto mais força política, económica e militar tiver um Estado, mais eficaz poderá ser a sua Política Externa.

Esta actividade trata dos interesses do Estado em relação à Comunidade Internacional. Devemos ter em conta de que nenhum Estado é auto-suficiente, todos actuam num determinado meio de inter-relações e influências recíprocas que o

condicionam.⁶ Abordarei com maior clareza e profundidade esta matéria no decorrer do meu trabalho de pesquisa, com o objectivo de entendermos como Angola actua no Sistema Internacional, como traçou as suas linhas mestras de Política Externa, e as vantagens que tem a nível geopolítico para ser considerado um *pivot* na África Austral.

À esta actividade externa de um Estado, atribui-se o nome de acção diplomática, é o modo privilegiado de execução da Política Externa. Existem três aspectos fundamentais na Política Externa: o meio em que se desenvolve, os fins ou objectivos que persegue, princípios ou regras que devem presidir à sua definição e execução.⁷

A posição geográfica de um determinado Estado, condiciona a conduta da sua Política Externa. A geopolítica é a disciplina que busca entender as relações recíprocas entre o poder político nacional e o espaço geográfico. A geopolítica tem duas finalidades: orientar a actuação dos governos no cenário mundial; permitir uma análise mais precisa das Relações Internacionais.

Os Estados têm um conjunto de estratégias para atingir os seus fins políticos. *Friedrich Ratzel*, autor do livro “Antropografia- fundamentos da aplicação da geografia à história”, escreveu, que “a função de um Estado é expandir e defender o espaço nacional. As fronteiras nacionais são móveis, pois são determinadas pela capacidade político-militar de ampliá-las e de as manter.”⁸

Até que ponto a política externa dos Estados é ou não determinada pela sua posição geográfica? Angola, possui uma estratégia política, facilitador para aplicar a sua política externa a nível regional e internacional. Fazendo uma ligação entre as linhas políticas e a posição geográfica de um determinado Estado, podemos encontrar uma área a que chamamos de geopolítica.

De acordo aos estudiosos de geopolítica, podemos encontrar diferentes conceitos para caracterizar esta matéria. Cada um deles de acordo ao conhecimento que

⁶ GOMES, G. Santa Clara - **Política externa e a diplomacia numa estratégia nacional**. [em linha] https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf

⁷ MAGALHÃES, José Galvet - *A diplomacia Pura*. Associação portuguesa para o estudo das relações internacionais, lisboa, 1982. Pág., 88 e seguintes.

⁸ Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um geógrafo alemão, pai da geopolítica.

tiveram durante as suas pesquisas, foram encontrando conceitos e pontos que caracterizam a geopolítica sendo uns mais completos que outros.

Já Gallois entende que a geopolítica “ é o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de poder no plano internacional, e o quadro geográfico em que se exerce.”⁹

A geopolítica visa também compreender e explicar os conflitos internacionais da actualidade e as principais questões políticas da actualidade.

1.3- Batalha do Cuito Cuanavale

É importante mencionar a Batalha do Cuito Cuanavale quando o assunto está relacionado com a Guerra Civil em Angola. Esta foi uma das guerras mais longas durante o conflito civil, e a mais importante, pois ditou pontos decisivos para a obtenção da soberania do povo angolano sobre o seu próprio território.

Com o desfecho dessa batalha, foi possível constatar, que embora Angola fosse um Estado muito “jovem”, e com um longo caminho ainda por percorrer para se tornar credível, e até visível na esfera internacional, ainda assim, tinha um grande potencial para traçar linhas políticas, e fazer valer os seus propósitos.

O conflito deu-se a sul de Angola, entre o MPLA e a UNITA, na região do Cuito Cuanavale, na província do Cuando-Cubango. As tropas sul-africanas tinham invadido o sul de Angola e contavam com o apoio de tropas norte-americanas. A sua presença no conflito em Angola após a independência do Estado em questão, estava relacionada não apenas com os seus interesses, mas também com a política dos Estados Unidos, de criar Estados satélites com a determinação de conter o comunismo.

⁹ Geopolítica e Geoestratégia. Correia Pedro de Pezarat.



Figura 1 Mapa sobre a localização do acontecimento da Batalha do Cuito Cuanavale

10

O incremento da defesa militar do governo do MPLA apoiado pelas tropas cubanas a Sul de Angola, e a derrota da África do Sul na Batalha do Cuito-Cuanavale na província do Cuando-Cubango, em 1987-1988, forçaram a mudança da estratégia do Ocidente e do regime do apartheid na África do Sul.

Durante a Guerra Civil, o MPLA contou com o apoio militar de Cuba para a defesa da sua soberania e integridade territorial. A presença militar de Cuba foi de grande importância para o Estado angolano, na altura um governo monolítico de partido único.

Cuba apoiava o MPLA a sul de Angola nos conflitos contra a FNLA, e a UNITA pela URSS, e do outro havia a UNITA que contava com o apoio da África do Sul, regime de apartheid, liderada pelos EUA. A FNLA capitulou muito cedo, estando somente no auge do conflito os dois grandes partidos políticos, UNITA e o MPLA.

Segundo o embaixador americano na África do Sul, Philip Crowe, “porque temos o mesmo inimigo comum, os Estados Unidos da América deviam manter relações amistosas com a África do Sul, embora a sua política interna nos desagrade.”

¹⁰ Mapa com a localização da ocorrência da Batalha do Cuito Cuanavale

Foi o maior confronto militar da Guerra Civil em Angola. Fidel Castro sabia que a única forma de forçar a África do Sul a concordar com a sua solução política, era intensificar a pressão militar sobre ela, levando assim a derrota do Estado sul-africano.

Cuba, enviou para o território angolano 15.000 militares cubanos para reforçar o MPLA. As tropas angolanas recebiam um treino a fim de se adaptarem as novas armas fornecidas pela União Soviética, pois era uma tecnologia bastante avançada comparado com a artilharia com que tinham usado até então.

Neste contexto, a África do Sul começou a tomar consciência dos custos da guerra, e do número cada vez maior de militares mortos, neste conflito. Esta batalha, fez sentir ao governo sul-africano e aos seus apoiantes, que a guerra só trazia consequências desastrosas, entre as mortes e a destruição de todos que estivessem envolvidos directamente no conflito.

A África do Sul foi derrotada na batalha do Cuito-Cuanavale e decidiu pôr fim ao seu envolvimento directo no conflito armado em Angola. O mito da invencibilidade da África do Sul foi quebrado, alterando a correlação de forças na região austral do continente africano.

Em Novembro de 1988, o MPLA e a UNITA, assinaram o acordo de Nova Iorque, ficando estabelecido entre ambos a retirada das forças estrangeiras no território angolano. O que levou consequentemente à independência da Namíbia, e a democratização da África do Sul, pondo fim ao regime do *Apartheid*.

Capítulo II

2. O processo de integração regional

2.1- Globalização e integração regional

É característica da história moderna, a formação de blocos de países, como uma estratégia de autodefesa e desenvolvimento socioeconómico, este processo é também fruto do fenómeno da globalização.

Num mundo globalizado, a integração tem sido uma realidade cada vez mais concreta. O interesse nos processos de integração regional teve um aumento evidente nas últimas décadas do século XX. A globalização pode estimular o regionalismo.¹¹

Torna-se mais fácil operacionalizar com os grandes actores do Sistema Internacional, como EU, EUA, Japão. O regionalismo é uma grande estratégia para os actores das Relações Internacionais, falando propriamente dos Estados, no modo de se relacionar com os demais na esfera internacional, principalmente os Estados de pequena dimensão do ponto de vista económico e político.

Os países africanos por décadas lutaram para conseguir a sua independência. Os líderes destes países empenharam-se com afinco para promover o desenvolvimento sustentado, através da criação da Organização da União Africana (OUA), mas esta falhou em muitos sentidos e não teve a actuação positiva esperada em questões tão prementes, como a resolução de conflitos.

As décadas de 80 e 90 foram décadas em que se deu um passo significativo no que toca a integração regional em África. No início, o objectivo era a libertação dos povos africanos do poder estrangeiro, ou seja, da influência colonial, tornando-os soberanos do próprio território.

A globalização é um processo gradual, de cariz socioeconómico, muitas vezes analisado a partir de aspectos materiais, como fluxos de comércio, de capital e de pessoas.

¹¹ (Saraiva 2007) HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Este fenómeno representa uma “ [...] mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo” (*Held e McGrew*, 2001: 13). “¹²

Tornou possível a aproximação de pessoas colectivas e individuais, pequenas e grandes empresas, bem como, os diferentes Estados do Sistema Internacional, facilitando ainda uma maior organização por parte dos Estados, no intuito de liberalizar e harmonizar as suas políticas económicas, a fim de tornar o mercado competitivo.

O fenómeno da globalização encurtou as distâncias, podendo até dizer que este fenómeno transformou o mundo, pois a informação circula com muito mais rapidez e eficácia e a comunicação tornou-se mais fácil e clara devido a tamanha aproximação entre diferentes nações e culturas.

Não me vou debruçar muito sobre este tema, pois o mesmo daria espaço à elaboração de um novo trabalho de investigação científica. Mas de acordo com alguns autores que se dedicaram ao estudo do mesmo, podemos encontrar algumas definições sobre Globalização, para compreendermos melhor este fenómeno. Ainda assim, é importante frisar que não existe uma definição exacta sobre que é a Globalização, cada autor, pelos seus métodos, atribuiu definições muito próximas umas das outras sobre o conceito da temática em questão.

Segundo *David Held e Anthony Mc Grew*, “A Globalização é caracterizada por processos de integração global que levam ao desenvolvimento de interdependência entre as diversas nações.”¹³

Pensar num estado completamente isolado do Sistema Internacional, é como se o mesmo fosse uma espécie de “fantasma”. Os Estados não “sobrevivem” sem qualquer tipo de contacto com outros Estados, precisam de manter relações e estreitar laços, de cariz político ou económico com outros Estados.

¹² Globalização, integração e o Estado, pág.124

¹³ HELD, David, MC GREW, Anthony. *The Global Transformations Reader*. 2 ed. (2003, p.25).

Daí a necessidade de criarem alianças uns com os outros, pois para além de ser um mecanismo de protecção, é também uma forma de se tornarem potentes no Sistema Internacional.

Cito que é um mecanismo de protecção, pois como é sabido, numa relação entre os Estados existe aquilo que podemos chamar de Dilema de Segurança¹⁴, ou seja os Estados dentro do Sistema Internacional, não confiam uns nos outros e buscam sempre uma maneira de buscar segurança.

Explicando melhor o ponto a cima referido, posso dizer que os Estados são responsáveis pela sua segurança, e, num sistema anárquico como o das Relações Internacionais, onde corre-se constantemente o risco iminente de possíveis ataques, esses actores das Relações Internacionais, recorrem mais e mais ao poder bélico. O dilema é que, ao fazer isso, os Estados fazem com que os demais, se sintam inseguros e, consequentemente, procuram munir-se.

Os Estados estão sempre a preparar-se para o pior, e isto leva a que o sistema entre num círculo vicioso, onde as perspectivas de uma guerra só aumentam. A busca pela segurança, faz com que os Estados acabem por aumentar a sua insegurança.

Nesse cenário, a cooperação é talvez um comportamento que traz mais segurança, do que investir em armas. Daí o resultado de os Estados agruparem-se de acordo aos seus objectivos políticos, económicos e sociais. Não me vou prolongar muito mais sobre este tema, pois fugiria literalmente do meu foco de pesquisa.

Segundo um artigo escrito pelo Vice-Chanceler da *Africa University* no Zimbabué, sobre a comunidade de desenvolvimento da África Austral: rumo a integração política a económica, “países soberanos consideram a necessidade de integrar ou cooperar regionalmente apenas se perceberem ganhos colectivos no acordo. Por todo o mundo a

¹⁴ Teoria desenvolvida por John Herz nos anos 1950 e que é usado por alguns teóricos, principalmente de vertente realista para explicar corridas armamentistas como a que ocorreu entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria.

integração regional tem sido considerada a vanguarda para o desenvolvimento e a sustentabilidade económica e política.”¹⁵

Dada esta aproximação entre os Estados, tanto a nível geográfico como cultural, os mesmos, acabam por se unir, integrando-se regionalmente. Grande parte das vezes, a Integração Regional é conotada como tendo características somente do foro económico. Inicialmente este foi o propósito da integração, com o passar dos tempos, e de acordo às novas exigências de um mundo globalizado, ainda que este seja o principal motivo da criação de um bloco regional, não é o único, existem questões políticas que incitam este processo.

Como exemplo de blocos de integração marcantes temos a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN/NATO) e a União Europeia, estas têm sido determinantes.

Após a independência dos países africanos, tornando-se soberanos dos próprios territórios, estes, organizaram-se internamente e externamente, do ponto de vista político e económico, contando com o apoio dos países mais desenvolvidos.

Em 1995 alguns países já eram independentes, gozavam de uma certa liberdade e empenharam-se na causa da independência, bem como na causa da liberdade dos povos africanos. Entre estes países estavam: Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Sendo os países acima mencionados bastante recentes no Sistema Internacional, foram-se unindo regionalmente para que juntos obtivessem os mecanismos para alcançar uma maior visibilidade no Sistema Internacional.

Falando ainda sobre África, verifica-se a mesma tendência, com a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Estas organizações têm sido determinantes para o processo de integração regional económico de África.

¹⁵ Artigo escrito pelo vice-chanceler da universidade de África no Zimbabué. (2002, p.156).

Segundo Mendes, as razões que originam a integração regional são as seguintes:¹⁶

- O alargamento dos mercados e obtenção de ganhos comerciais resultantes da racionalização e da especialização das estruturas de produção;
- Aumento da coesão política através do elo comercial;
- Realização de outros objectivos de política comercial e económica, a fim de igualar as vantagens do jogo entre os principais parceiros comerciais, diminuir a supremacia económica de um parceiro comercial grande e poderoso, lançar a cooperação multilateral.

Na integração regional, do ponto de vista económico, os Estados começam a adquirir vantagens com a fluidez das trocas dentro da área definida, os produtos internos de preço mais elevado são substituídos por outros similares menos caros, que provêm de outros parceiros, sendo que o objectivo é dar maior primazia aos recursos internos, que possam ser mobilizados, e incrementar a exportação.

Posso a citar exemplos de integração regional económica em África: CEDEAO, CEAO, UEMA, CEMAC, SADC, COMESA, SACU.

A integração regional apresenta vantagens e desvantagens. Esta consiste na liberalização do mercado, bens e pessoas, o que significa que as barreiras alfandegárias se farão sentir de modo a proteger o mercado interno, bem como a isenção das fronteiras, para a livre circulação de bens e pessoas.

Existem também desvantagens em relação a este processo, tais como as limitações a serem consideradas para os Estados que queiram entrar para as zonas de comércio, as formalidades de fronteiras, regras de origem e pauta aduaneira.

O processo de integração da região da África Austral mostra várias contradições, especialmente na sua evolução histórica, por isso mesmo, paradoxalmente, o Estado da

¹⁶ Mendes (1997. Pág.122)

África do Sul, através de um *détournement*¹⁷ da política, passou da anomalia de um Estado que apoiava a política colonialista dos países europeus, para um Estado que é o que hoje mais precisa e, por isso, ajuda a integração regional.

O Estado de Madiba¹⁸ hoje é parceiro de Estados liderados pelos partidos que se lhe opuseram na época do apartheid, e do governo de Vilojen. O fim do apartheid não foi só uma mudança de regime interno, tendo desencadeado igualmente uma dinâmica de cariz mundial, representando uma mudança dos aspectos regionais, continentais e globais.

Angola tem claras vantagens com a sua integração na SADC. A posição geo-estratégica deste Estado na região, constitui uma vantagem competitiva, particularmente, os portos com as linhas férreas, a estação ferroviária do Luau¹⁹ que liga 3 países da região, estradas que fazem a ligação com a maior parte dos países membros da SADC. Estas características que constituem a essência desta vantagem.

Ainda com as vantagens que foram mencionadas mais a cima, Angola não está de todo preparada para uma integração total na SADC. Digo isto porque do meu ponto de vista, há países nesta região que estão melhor preparados, sobretudo a nível da agricultura e do comércio, os seus produtos e são mais competitivos, pois apresentam um nível de produção mais elevado do que os produtos que Angola poderá fornecer.

Angola tem uma produção nacional quase inexistente que poderá ser engolida pela África do Sul e pela Namíbia. Significaria que os produtos da Namíbia e da África do Sul, por exemplo, inundariam o mercado angolano, e este, sem capacidade de resposta, pois ainda, nem tudo o que produz não é competitivo.

¹⁷ Palavra francesa, que significa mudança de itinerário. É uma técnica desenvolvida na década de 1950 pela *Letterist International*, e mais tarde adaptado pela Internacional Situacionista.

¹⁸ Madiba é o nome do clã Thembu a que Mandela pertence. Foi também o nome de um chefe Thembu no século XIX. Chamar Madiba a Mandela era sinal de carinho e respeito.

¹⁹ O caminho-de-ferro de Benguela, localizado no município do Lobito, foi reabilitado no quadro do programa de desenvolvimento de Angola, a sua estação principal termina no município do Luau, província do Moxico. O rio Luau é o símbolo da divisão fronteiriça entre Angola e República Democrática do Congo.

2.2- Os modelos de integração regional

Depois de me debruçar sobre a importância da integração regional, e os motivos que estão por trás da formação de blocos regionais, vou enunciar os modelos de integração regional e as suas fases.

Quando um determinado conjunto de Estados decide integrar-se regionalmente, estes têm em conta a sua cultura, posição geográfica e os ganhos políticos e económicos que cada membro poderá granjear. De nada vale formar uma integração regional quando os objectivos de todos não estão igualados, isto causa um desequilíbrio, dificultando o andamento de todo processo.

Os Estados assinam um tratado quando decidem sobre o processo de uma integração regional. Como foi o caso por exemplo da criação e assinatura do tratado da SADC, aonde os estados-membros definiram os principais objectivos da SADC: alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, reduzir a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos, através da integração regional.

Estes objectivos devem ser alcançados através de uma maior integração regional, assente em princípios democráticos e de desenvolvimento equitativo e sustentável.

“ Ao Ministério das Relações Exteriores compete controlar a execução e todos os tratados de que Angola seja parte, definir quais os órgãos ou organismos do Estado a quem cabe a execução, devendo estes prestar-lhe, semestralmente, informações sobre o seu cumprimento”.²⁰

Achei pertinente explicar em que consiste um Tratado Internacional e as suas fases. Um Tratado Internacional é um acordo resultante da convergência de vontades de duas ou mais partes, sujeitos de Direito Internacional, formalizada num texto escrito, com o objectivo de produzir efeitos jurídicos no plano internacional. Os Tratados internacionais são as principais fontes do Direito Internacional.

²⁰ Artigo 34º, nº2 da Convenção de Viena sobre os tratados.

“Os tratados assentam-se sobre princípios costumeiros bem consolidados e, desde o século XX, em normas escritas, especialmente a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), de 1969. Dentre estes princípios, destacam-se o princípio lógico-jurídico *pacta sunt servanda* (“os acordos devem ser cumpridos”) e o princípio do cumprimento de boa-fé, ambos presentes no costume internacional e no artigo 26 da CVDT (Convenção de Viena Sobre os Direitos do Tratado). Uma outra Convenção de Viena, de 1986, regula o direito dos tratados celebrados entre Estados e organizações internacionais, e entre estas.”²¹

Quando devidamente celebrado e ratificado pelas partes contratantes, quero com isso dizer, a partir da ratificação, o tratado é obrigatório para as partes em questão e deve ser cumprido por todos os Estados-membros.

“O Estado deve tomar as medidas necessárias para que os tratados sejam respeitados e cumpridos rigorosamente, de boa-fé.”²²

Sendo assim as fases da celebração de um Tratado Internacional são: negociação, assinatura, procedimento interno (quando o Direito Constitucional de um Estado assim obriga), ratificação, promulgação, e o registo.

Foram criados assim acordos de integração regional com ritmos e prazos devidamente pré-definidos.

O processo de integração regional na SADC passa por fases até que todos os Estados que compõem esta organização estejam totalmente integrados de facto em todos os sentidos. Deste modo para a inúmeras estas fases de um regionalismo:

- **Zona de livre comércio** tem como objectivo eliminar ou reduzir as barreiras para as trocas comerciais de bens e serviços, mantendo cada Estado a autonomia em matéria da política de origem e ajustar políticas cambiais dos países participantes, com o intuito de evitar desequilíbrios comerciais recorrentes.

²¹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Internacional Público.

²² Artigo 34 n.º1, Convenção de Viena.

- **União aduaneira**, que consiste na adopção de barreiras externas comuns a produtos de países terceiros. Gera necessidade de definir regras de origem, alinhar políticas cambiais dos países participantes, alinhar políticas fiscais e monetárias.
- **Mercado comum**, consiste na plena mobilidade de factores de produção (capital e mão-de-obra) entre os países participantes. Com o mercado comum torna necessário coordenar políticas de trabalho, providência social, regulamentação de capital, protecção aos investidores, criação de instituições regionais (mecanismos de solução de controvérsias, Parlamento, Justiça), para fazer cumprir as normas acordadas.
- **União económica** constitui o estado mais avançado da integração económica, entrando em linha de conta com a livre circulação de factores de produção e a harmonização das políticas económicas dos países membros. A união monetária acrescenta ao mercado comum a adopção de uma moeda única na região, portanto, a necessidade de um banco central regional.

2.3- Custos do processo de integração

Os factores da integração regional podem ser positivos ou negativos como antes mencionado. Os benefícios da integração são repartidos em forma assimétrica entre os países-membros.

Deste modo podemos apresentar alguns factores que dificultam a integração numa determinada região. Um dos principais obstáculos é a heterogeneidade dos Estados-membros da organização em questão. Como é de saber, os factores internos ou melhor dizendo os factores domésticos, influenciam na Política Externa do Estado.

Os esforços a nível da integração são afectados pelas características domésticas de cada Estado-membro e do seu comportamento a nível regional e internacional.

A integração regional tem maior sucesso entre países democráticos quando partilham a cultura, normas e valores muito semelhantes, e este não é certamente o exemplo da região da África Austral, e passo a citar mais abaixo.

Há muita heterogeneidade neste subcontinente africano, e há países que ainda vivem uma grande instabilidade política, que potenciam conflitos duradouros, o que põe em risco países vizinhos, devido a proximidade de fronteiras. Um exemplo é a República Democrática do Congo, que é uma zona de grande instabilidade política. Os conflitos nesta região parecem nunca terminar.

A Segunda Guerra do Congo, também conhecida como a Guerra Mundial Africana ou a Guerra de África, foi um conflito armado que teve início em 1998 e terminou oficialmente em 2003, quando o governo de transição da República Democrática do Congo tomou o poder.

Foi um dos conflitos mais sangrentos desde a II Guerra Mundial. Após o cessar-fogo em 2003, em que as duas partes beligerantes entraram num acordo, ainda assim em 2004 cidadãos morriam diariamente com doenças facilmente tratáveis e casos de subnutrição. A instabilidade vivida nesta zona inquieta os seus vizinhos, e 21 anos após ao genocídio no Ruanda, a República Democrática do Congo continua muito instável.

Outro obstáculo que causa constrangimentos ao sucesso do processo em questão são as disparidades económicas entre os participantes. É um constrangimento porque os fundamentos económicos comprometem uma coordenação estável.

Há uma diferença muito grande entre os índices económicos dos diferentes Estados-membros, o que faz com que os Estados que apresentam os índices mais baixos tenham receio de serem “afogados” pelos que têm um desenvolvimento económico maior e não partilham a sua autoridade com a organização. A África do Sul pertence à África Austral e possui um índice económico bastante favorável com relação aos restantes membros.

É provável que a integração regional tenha maior sucesso entre os países com capacidade suficiente de implementar as obrigações da sua qualidade de membro nos esforços da Integração Regional.

A relação entre interesses políticos e económicos influencia no processo de regionalismo, como explicarei a seguir. As perspectivas de ganhos reais da cooperação económica reforçam a vontade política de criação de instituições conjuntas, ou seja

quando a política de integração é fraca isso leva a que também a integração económica se torne fraca.

A integração regional poderá ficar comprometida quando os Estados-membros não têm interesse de criar instituições conjuntas. A integração depende das características de cada membro, das suas orientações e da vontade de edificar instituições políticas conjuntas.

Os Estados integrantes necessitam de delegar parte da sua autoridade às instituições regionais para que a integração tenha o êxito esperado.

Sendo assim, não pode constituir um processo neutro da soberania. A política interna deve estar em concordância com a política da instituição. É preciso que com esta delegação de autoridade à organização, haja uma ligação nos assuntos internos do Estado que delega a autoridade à organização. Esta ligação acontece com o consentimento do Estado.

A falta de partilha de autoridade por parte dos Estados-membros dificulta o sucesso de integração regional da África Austral. Podemos dizer até que os países membros da África Austral optam por criar uma estrutura de integração regional fraca com o objectivo de protegerem a sua soberania.

A União Europeia como bom exemplo de integração regional de cariz político e económico, tem este destaque devido à partilha de soberania e a aceitação de criar uma estrutura supranacional que regula e limita a liberdade individual dos Estados.

Não existe um organismo supranacional na SADC. Ou seja, não há um mecanismo que obrigue os Estados-membros da África Austral a cumprirem com o acordo, e o processo de integração ainda vai a meio, nem todas as fases foram alcançadas. A SADC ainda não conseguiu atingir todos os seus objectivos.

O surgimento de vários acordos gera reacções defensivas. Um país pode participar não por ser a sua melhor opção, mas pelos custos potenciais de não participar.

A integração regional desvia a atenção das negociações multilaterais, e que pode reduzir o estímulo à abertura comercial unilateral.

Capítulo III

3- O surgimento da SADC

3.1- De SADCC à SADC

A SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral) foi um projecto criado pelos Países da Linha da Frente²³, a 1 de Abril de 1980, em Lusaca, adoptando o lema “África Austral – rumo à libertação económica”. A libertação era vista como a condição necessária para a melhoria da qualidade de vida em África.²⁴

A Linha da Frente foi uma criação da Organização da Unidade Africana. Foi criada numa altura em que Angola, África do Sul, Moçambique, Namíbia e o Zimbabué, viviam períodos árdus. Alguns lutavam pela sua independência e contra as agressões do regime do *Apartheid*, e do outro lado, havia a África do Sul que “espalhava” o terror por toda região da África Austral.²⁵ Nasce a nível da Comunidade Internacional um sentimento anti-*apartheid*.

Durante o regime do *apartheid*, os países da África Austral, mostravam-se muito dependentes da África do Sul, e esta, por sua vez, aproveitou-se dependência dos mesmos, para impor os seus interesses. Cerca de 500.000 cidadãos encontravam-se empregados como trabalhadores imigrantes da África do Sul, sobretudo cidadãos de Botsuana, Moçambique e Suazilândia.

Inicialmente a Linha da Frente foi formada somente pelos seguintes Estados: Zimbabué, Tanzânia, Botsuana. Mais tarde, após as independências de Angola e Moçambique em 1975, estes passaram a integrar a Linha da Frente dando um novo contributo à organização.

²³ Os países da Linha da frente foram a primeira forma de coordenação e integração regional formada pelos países da África Austral, e formalmente reconhecida, visando a, mobilização e a cooperação de esforços de modo a fortalecer os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra a opressão colonial na região supracitada. Constituíam a Linha da Frente: Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia.

²⁴ http://www.sadc.int/files/5013/6725/4112/SADC_Think_Tank_Conference_Maputo_2012_PT.pdf

²⁵ A África do Sul vivia sob o regime do Apartheid, democratizando-se em 1992. O Zimbabwe tornou-se independente em 1980, e a Namíbia em 1990 (VISENTINI, RIBEIRO e PEREIRA, 2007).

A entrada destes últimos permitiu o empoderamento da organização. Passaram a reunir-se com regularidade, com o intuito de averiguar e estudar as estratégias convenientes, a fim de alcançar a libertação nacional da África Austral. O objectivo da estratégia dos Países da Linha da Frente era de desenvolver a região da África Austral sem qualquer intervenção da África do Sul. Ampliaram os seus focos de actuação, passando esta organização ao título de Fórum.

Este Fórum reuniu-se em 1965 para decidir sobre o futuro do Zimbabué, e uniram-se para travar as acções de desestabilização militar desencadeadas pelo regime do *apartheid* da África do Sul, contra os países independentes da região.

A maior vitória da Linha da Frente foi a independência do Zimbabué a 11 de Novembro de 1965. Com este ganho, é dada a solidificação da “organização”, e estes sentiram a necessidade de se focar no desenvolvimento daquela região, visando a erradicação da pobreza e posterior desenvolvimento da mesma.

Os países da Linha da Frente criam a SADCC, num período em que a África Austral estava dividida por duas estratégias, de um lado o CONSAS e do outro a SADCC.

O CONSAS ou Constelação de Estados, foi uma estratégia criada pela África do Sul que consistia em manter todos os Estados da África Austral, sob o domínio da África do Sul, ou seja, na tentativa de explorar a sua hegemonia económica na região, e aproveitando-se do suposto medo que os governos moderados africanos tinham do comunismo; e do outro lado, a Conferência para a Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC).²⁶ Estas duas estratégias dominavam a política estratégica da África Austral.

Devido aos desequilíbrios vivenciados na região, os líderes de cada Estado-membro, foram pensando de modo consciente, que individualmente seria pouco provável reestruturarem-se, sobretudo do ponto de vista económico, e que a melhor opção seria fazê-

²⁶ CONSAS, segundo Döpcke (1998), foi uma estratégia da África do Sul, que consistia na tentativa de espalhar o terror na África Austral cultivando a sua hegemonia na região mencionada. Os governos moderados africanos, tinham um certo medo e receio deste estado, sobretudo do comunismo durante a Guerra Fria, o que tornava estes Estados bastante vulneráveis a certas ameaças por parte da hegemonia regional.

lo por meio de um bloco de integração regional. Os governos monopartidários na África Austral passaram a integrar um governo multipartidário.

Neste contexto, foi assim criada a SADCC em 1980, e com isto atenuou a dependência que alguns países tinham em relação a África do Sul. Para o bom funcionamento e desenvolvimento da organização, esta contou com a seguinte estrutura:

- **A Cimeira de chefes de Estado**, que dirigia e controlava as funções da conferência.
- **O Conselho de Ministros**, que respondia perante a Cimeira e supervisionava as actividades desenvolvidas da SADCC, e aprovava as suas políticas;
- **O Comité permanente de Altos Funcionários**, que funcionava como um Comité Técnico Consultivo;
- **As Comissões Sectoriais**, que coordenava as actividades relativas aos programas sectoriais;
- **O Secretariado**, que era responsável pela coordenação e Gestão dos programas sectoriais;
- **A conferência Consultiva Anual**, para consulta com os governos e agências internacionais de financiamento e instituições privadas.

A recusa categórica dos países da África Austral em de fazerem parte do CONSAS, e a então criação da SADCC, rapidamente frustrou o regionalismo criado pela África do Sul.

Esta organização regional tomou medidas de defesa e segurança, reunindo peritos nesta área para resolver a problemática dos conflitos na região, que envolviam a África do Sul e os restantes Estados-membros.

A SADCC ainda com as dificuldades impostas pela instabilidade vivida na região, teve sucesso e notoriedade no que diz respeito à oposição do *apartheid*, na atracção de investimento estrangeiro e na promoção da capacidade regional de coordenação, embora não tivesse obtido maiores resultados para o desenvolvimento da região.

“Como consequência da política da desestabilização, a África do Sul, teve condições para forçar os seus vizinhos a celebrar tratados de “não-agressão”, ou seja, com o regime de *apartheid*, nos quais os governos africanos comprometeram-se a rejeitar bases e outros auxílios para os movimentos de libertação, em troca da promessa sul-africana de terminar com as guerras não declaradas. Sendo assim foi assinado o acordo com a Suazilândia em 1982, o acordo de Lusaca entre Angola e a África do Sul em 1984 e o acordo com Moçambique também em 1984.”²⁷

3.2- SADC



Figura 2 Mapa da SADC

A 17 de Agosto de 1992, os Chefes de Estado dos países que compunham a África Austral, assinaram a Declaração e o Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, para contrapor os objectivos traçados pela África do Sul.²⁸

A Declaração e o Tratado da SADC definem os objectivos, as instituições e os sistemas de funcionamento da organização. Com base na experiência da SADCC, o

²⁷ DOPCKE, Wolfgang. In Revista brasileira de Política Internacional. N.º 14.

²⁸ http://www.sadc.int/documents-publications/show/Declaration__Treaty_of_SADC.pdf

Tratado reconhece a necessidade de uma Integração Regional mais forte, a fim de promover o desenvolvimento da região.²⁹

Estes instrumentos jurídicos destacam, que a SADC, deve agir de acordo com os princípios da igualdade soberana dos Estados-Membros, solidariedade, paz e segurança, respeito pelos Direitos Humanos, respeito pela Democracia, equidade, equilíbrio, benefício mútuo e a resolução pacífica de litígios³⁰.

Estados-membros da SADCC sentiram a necessidade de criar uma organização voluntária, cuja existência assentava num Memorando de Entendimento,³¹ para uma instituição juridicamente vinculativa que se baseava a partir de um Tratado, surgindo ainda para mudar os objectivos da organização anterior para dar maior peso ao bem-estar económico, à melhoria da qualidade de vida e a paz, liberdade, segurança e justiça.

Foi assim criada a SADC em 1992, sob a égide de um tratado, o Tratado de *Windhoek*. Passou de SADCC e foi transformada em SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) em 1992, com objectivos mais concretos e com a adesão de novos países, contando com a entrada da África do Sul em 1994, atribuindo assim uma dinamização à organização. A África do Sul deixa de ser um adversário.

Os principais objectivos da SADC estão assentes no alcance do desenvolvimento, paz e segurança, crescimento económico, alívio da pobreza, melhoraria da qualidade de vida dos povos da África Austral, e no apoio dos socialmente desfavorecidos, através da integração regional, de modo equitativo e sustentável.³²

Os seus órgãos institucionais são similares ao da organização preliminar, a SADCC. A reforma institucional estabeleceu uma nova estrutura com oito (8) órgãos.³³

²⁹ http://www.sadc.int/documents-publications/show/Declaration__Treaty_of_SADC.pdf

³⁰ <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-objectiv/>

³¹ Os Estados Membros comprometem-se a: Igualdade e soberania entre os Estados -Membros; Solidariedade, paz e segurança; Direitos Humanos, democracia e a observância da lei; Equidade, equilíbrio e benefício mútuo; Resolução pacífica dos conflitos. *Declaration and Treaty of SADC*

³² <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/>

³³ <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/>

a) Cimeira de Chefes de Estado ou Governo

A Cimeira da SADC é responsável pela direcção política geral e pelo controlo das funções da Comunidade, tornando-a, por fim, a instituição política da SADC. É composto por todos os Chefes de Estado e de Governo da SADC, e é gerido por um sistema de Tróica que inclui o actual Presidente da Cimeira da SADC, o Presidente entrante (o Vice-Presidente da época) e o Presidente imediato anterior. O Sistema da Tróica concede autoridade neste grupo para tomar decisões rápidas em nome da SADC, bem como fornecer orientações políticas às Instituições da SADC durante as Cimeiras regulares da SADC. Este sistema tem sido eficaz desde que foi estabelecido pela Cimeira em Maputo, Moçambique, em Agosto de 1999. Outros Estados-Membros podem ser agregados na *Troika*, quando necessário. O sistema da Tróica opera ao nível da Cimeira, o Órgão de Política, Defesa e Segurança, o Conselho de Ministros e o Comité Permanente de Altos Funcionários. A Cúpula geralmente reúne-se uma vez por ano, entre Agosto e Setembro, em um Estado-Membro, no qual são eleitos um novo Presidente e Deputado.

b) Cimeira da SADC e a Cimeira da Troika de Órgãos,

Este é um órgão de Defesa e Segurança da SADC, responsável pela promoção da paz e segurança na região. Tem a incumbência de orientar e fornecer aos Estados-membros, as orientações necessárias sobre os assuntos que ameaçam a estabilidade na região. É composto pelo Presidente, por um Presidente entrante e outro Presidente cessante, e pelos relatórios ao Presidente da cimeira da SADC. O Presidente do Órgão da Troika não ocupa conjuntamente o cargo de Presidente da Cimeira da SADC. O mandato do Presidente do Órgão é de um ano.

c) Tribunal da SADC

Foi estabelecido pelo Protocolo sobre o Tribunal, que foi assinado em Windhoek, Namíbia durante a Cimeira Ordinária de 2000, e foi oficialmente estabelecido em 18 de agosto de 2005 em Gaborone, Botswana. A inauguração do tribunal e a tomada de posse dos membros ocorreram em 18 de Novembro de 2005 em Windhoek, Namíbia, onde está

sedeado. É composto por juizes designados pelos Estados-Membros e julga os litígios que lhe são submetidos. O Tribunal foi suspenso na Cimeira da SADC de 2010.

Em 17 de Agosto de 2012, a Cimeira da SADC abordou a questão do Tribunal suspenso em Maputo, Moçambique. Decidiu-se que um novo Tribunal deveria ser negociado e que o seu mandato deveria limitar-se à interpretação do Tratado da SADC e dos Protocolos relativos a litígios entre Estados-Membros.

d) Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros supervisiona o funcionamento e o desenvolvimento da SADC e garante que as políticas sejam devidamente implementadas. O Conselho é constituído por Ministros de cada Estado-Membro, geralmente dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Planeamento Económico ou das Finanças. Reúne-se duas vezes por ano em Janeiro ou Fevereiro e imediatamente antes da Cimeira, em Agosto ou Setembro.³⁴

e) Comité do Sector Ministerial dos *clusters*,

O Comité do Sector Ministerial dos *clusters*, é composto por ministros de cada Estado-Membro da SADC. Esses são directamente responsáveis pela supervisão das actividades das áreas centrais de integração, monitoramento e controle da implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional na sua área de competência, bem como a assessoria política ao Conselho.

Actualmente possui os seguintes comités:

- Ministros responsáveis pela indústria, comércio, finanças e Investimento;
- Ministros responsáveis pelas infra-estruturas e serviços;
- Ministros responsáveis pela alimentação, agricultura, recursos naturais e meio ambiente;
- Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais (VIH e SIDA, educação, trabalho, emprego e género);

³⁴ <http://www.sadc.int/about-sadc/sadc-institutions/council/>

- Ministros responsáveis pela Política, Defesa e Segurança;
- Ministros responsáveis pelos assuntos jurídicos e judiciais.

f) Comité Permanente de Altos Funcionários,

O Comité Permanente de Altos Funcionários, é uma comissão de carácter consultivo técnico do Conselho de Ministros, do qual reúne-se duas vezes por ano. É constituído por um Secretário Permanente ou por um funcionário de nível equivalente de cada Estado-Membro, de preferência de um ministério responsável pelo planeamento económico e financeiro. O Presidente e o Vice-Presidente do Comité Permanente são nomeados pelos Estados-Membros em conjunto com a Presidência e Vice-Presidente do Conselho.

g) Secretariado da SADC,

O Secretariado da SADC é a principal instituição executiva da SADC, responsável pelo planeamento estratégico, coordenação e gestão dos programas da comunidade. É também responsável pela implementação das decisões políticas e das instituições da SADC, tais como a Cimeira, as Troikas e o Conselho de Ministros. É dirigido por um Secretário Executivo e tem sua sede em Gaborone/Botswana. A Secretaria é guiada pela Visão Institucional e pela Missão. A estrutura do Secretariado, aprovada em 28 de Fevereiro de 2008 em Lusaca, Zâmbia, compreende o seguinte:

1) Secretaria Executiva:

- 1.1) Órgão sobre Política, Defesa e Segurança
- 1.2) Auditoria interna
- 1.3) Relações públicas
- 1.4) Género
- 1.5) Vigilância Macroeconómica
- 1.6) Secretário Executivo Adjunto: Integração Regional

- 1.7) Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
 - 1.8) Infra-estrutura e Serviços
 - 1.9) Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
 - 1.10) Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais
 - 1.11) Planeamento de Políticas e Mobilização de Recursos
- 2) Secretário Executivo Adjunto: Finanças e Administração
- 2.1) Orçamento e Finanças
 - 2.2) Recursos Humanos e Administração
 - 2.3) Serviços de Conferências
 - 2.4) Suprimentos
 - 2.5) Assuntos legais
 - 2.6) Tecnologia da Informação e Comunicação

h) Comissões Nacionais da SADC,

As Comissões Nacionais da SADC foram reunidas para fornecer a nível nacional na formulação de políticas e estratégias regionais, bem como coordenar e supervisionar a implementação de programas a nível nacional. São constituídos por actores chave do Governo, sector privado e da sociedade civil em cada Estado-Membro, reflectido no Tratado da SADC. Uma das comissões nacionais é a Comissão de Embaixadores e Altos Comissários da SADC.

i) Fórum Parlamentar da SADC.

O Fórum Parlamentar da SADC é um órgão regional interparlamentar, composto pelos Deputados dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da SADC. Foi estabelecido

pela Cimeira da SADC realizada a 8 de Setembro de 1997. O Fórum é composto por Presidentes e cinco representantes eleitos pelo Parlamento Nacional de cada Estado-Membro. O objectivo deste Fórum é proporcionar uma plataforma de apoio e melhoria da integração regional, por meio da participação parlamentar, e promoção de melhores práticas no papel dos parlamentos na integração e cooperação regional. O Fórum Parlamentar da SADC possui uma relação de informação com a Cimeira e outras instituições da SADC, mas trabalha em conjunto com estes nos assuntos de interesse comum.

Esta organização é considerada não só como uma Organização sub-Regional de integração económica, mais também uma organização internacional com personalidade jurídica de Direito Internacional, que lhe foi adjudicada a partir do protocolo da Declaração das Nações Unidas, e, da Carta Africana dos Direitos Humanos da Organização da Unidade Africana, que presume as celebrações de acordos de sede com os seus membros e a fixação da capacidade jurídica funcional de forma narrativa.

Esta surge para suplantiar os difíceis e complexos problemas que a região enfrentava, e que por si só, uma Coordenação para o Desenvolvimento não seria capaz de os resolver. Fazendo então com que os Estado-Membros da SADCC criassem uma organização mais forte e coesa, que permitisse resolver os problemas mais candentes na região.

Nos cinco anos posteriores à criação da SADC, esta ampliou-se, cumprindo um dos seus principais objectivos ao integrar a África do Sul (1994), após a transformação do seu regime político.

Em 1995 adere a República das Maurícias, sendo seguida, em 1997, pelas Seicheles, com uma economia similar à mauriciana (turismo, serviços), e pela República Democrática do Congo, gigante geográfico e politicamente instável, particularmente rico em recursos naturais.³⁵

O movimento de entrada da África do Sul na SADC teve um impulso catalisador de integração para África Austral. A sua entrada pressiona os membros da organização a

³⁵ Carolina Fresca e Franco Tomassini - Desafios da integração económica e o gigante sul-africano, pág.4

uma definição de acção mais objectiva e concreta, acelerando assim o ritmo de integração, mesmo tendo um estilo diferente e introduzindo novos objectivos.

Tem sido um desafio para esta organização no que tange à integração, devido às circunstâncias de determinados Estados, nomeadamente o nível de instabilidade e a questão da Democracia.

As relações com a África do Sul são um tema de discussão na SADC. Mesmo não existindo mais o regime do *apartheid*, a sua gigantesca notoriedade em termos económicos em relação aos demais permanece. Possui o maior PIB, maior comércio, maior economia e infra-estruturas básicas.

As divergências para o estabelecimento da então SADC, aconteciam por propósitos económicos, políticos, e sociais. O enfoque em relação ao regionalismo era diferente na África do Sul, pois esta dava maior ênfase aos aspectos comerciais. A forte politização da SADC era muito criticada, enquanto outros sectores criticavam a falta de visão do empresariado sul-africano guiado somente pelo lucro imediato.

Ainda assim era imprescindível a adesão da África do Sul³⁶ à SADC, pois esta acrescentava maior valor à organização do ponto de vista político e económico.

Politicamente possui maior visibilidade e peso no Sistema Internacional, faz ponte com o Ocidente principalmente com os países hegemónicos, que eram necessários para a África que estava meio que esquecida após o fim da Guerra Fria.

Após a entrada da África do Sul, novos objectivos foram traçados, entre eles, a criação de uma zona de livre comércio assinado em 1996, com a pretensão de dar maior eficácia à organização.

Dos 14 membros da SADC, Angola, Congo-Kinshasa e Seicheles, não assinaram este protocolo de livre comércio. Os restantes membros começaram o processo de liberalização do comércio regional em Setembro de 2000.

³⁶ A África do Sul possui o maior PIB africano e Angola possui uma grande potencialidade de desenvolvimento devido as suas reservas de petróleo. Na época da Guerra Fria esses dois países representavam interesses opostos da União Soviética e Cuba (Angola) e Estados Unidos (África do Sul).

Houve uma dispersão dos objectivos e a falta de meios para a implementação dos mesmos, meios esses, logísticos, financeiros e de cariz político.

A SADC foi alargando os seus membros, tornando ainda mais difícil a integração regional, devido às características que cada país apresentava, principalmente o Congo-kinshasa que era bastante instável, política e economicamente.

Esta organização passa a ser vista como mitigadora de conflitos internos e fronteiriços e um motor de integração e desenvolvimento da região.

Em modo de conclusão, a SADC, é uma organização que encerra em si um grande potencial, porém os múltiplos desafios que enfrenta, principalmente a nível da sua integração económica, ameaça conferir um tom minimalista as aspirações que pretende alcançar.

Mas ainda assim, esta tem um leque de objectivos que estiveram na base da sua criação, e tem feito de tudo para atingir tais objectivos de modo a não entrar em descrédito, em suma, é uma organização com grande potencial no continente africano.

Esta tem os seus objectivos devidamente traçados, e com ajuda de uma agenda e um impulsionador desta mesma agenda, tem caminhado com motivação. Acompanha o processo de globalização, e sempre que necessário renova os seus objectivos de modo a não ficar para trás. Falaremos a seguir e de modo mais detalhado sobre os objectivos desta organização.

3.3- Os objectivos da SADC

A pensar numa comunidade integrada, sedimentada numa história com um passado comum, os Estados da África Austral, desenvolveram um objectivo de um futuro comum, assente no desenvolvimento social e económico sustentável.

Os chefes de Estado e de Governo de cada membro da SADC, uniram-se de modo a olharem para um objectivo comum assentes nos princípios comuns, plasmado no art.4.º do Tratado da SADC. Assim sendo, passaram a trabalhar de forma unânime, para atingir objectivos a nível do desenvolvimento e de melhores condições de vida para os seus cidadãos.

Os Estados-membros têm demonstrado a vontade de cooperar nas áreas da política, defesa e segurança, o que cria um ambiente favorável para a paz, segurança e estabilidade na região, através da prevenção, gestão e resolução de conflitos entre os Estados-membros, por meio do diálogo.

A SADC, desde a sua criação, tem os seus valores assentes na preservação e manutenção paz, segurança, justiça e a liberdade dos povos africanos, Democracia e Direitos Humanos.

Os principais objectivos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) são alcançar o desenvolvimento económico, a paz, a segurança e o crescimento, aliviar a pobreza, melhorar a qualidade e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional. Estes objectivos devem ser alcançados através do reforço da integração regional, assente em princípios democráticos e um desenvolvimento equitativo e sustentável.³⁷

Os objectivos da SADC estão plasmados no 5º do Tratado da SADC, e são os seguintes:

- a) Atingir o desenvolvimento e o crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o nível e a qualidade de vida das populações da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional;

³⁷ <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-objectiv/>

- b) Desenvolver valores, sistemas e instituições políticos comuns;
- c) Promover e defender a paz e a segurança;
- d) Promover o desenvolvimento auto-sustentável com base na auto-suficiência colectiva e na interdependência dos Estados-Membros;
- e) Conseguir a complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais;
- f) Promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região;
- g) Conseguir uma utilização sustentável dos recursos naturais e uma protecção eficaz do ambiente;
- h) Fortalecer e consolidar as afinidades históricas, sociais e culturais de longa data e os laços entre os povos da Região.

Para que os objectivos da SADC sejam alcançados, esta organização deverá criar mecanismos e delimitar metas para a efectivação destes. Como por exemplo:

- a) Harmonizar políticas e planos socioeconómicos dos Estados membros;
- b) Encorajar os povos da região e suas instituições a tomar em iniciativas que visem o desenvolvimento de vínculos sociais e culturais no seio da região e a participação plena na implementação de programas e projectos da SADC;
- c) Criar instituições e mecanismos apropriados com vista a mobilização dos recursos necessários para a implementação de programas e operações da SADC e suas instituições;
- d) Desenvolver políticas destinadas a eliminação progressiva de obstáculos a livre circulação de capitais e força de trabalho, mercadorias e serviços, e em geral, a livre circulação de pessoas da região, entre os Estados membros;

- e) Promover o desenvolvimento, transferência e domínio da tecnologia; Melhorar a gestão e o rendimento económicos através da cooperação regional;
- f) Promover a coordenação e harmonização das relações internacionais dos Estados membros;
- g) Assegurar o interesse e compreensão, a cooperação e apoio internacionais, e mobilizar afluxos de recursos, públicos e privados para a região;

Os países da África Austral, que compõe a SADC, partilham a mesma história, uma vez que estes foram colonizados por forças estrangeiras, ainda que com diferentes “forças” colonizadoras.

Ligado directamente aos objectivos da SADC está a Agenda Comum da SADC, que resume as principais estratégias e políticas da instituição. A estrutura institucional da SADC é consistente com a Agenda Comum e Prioridades Estratégicas da SADC que ela encapsula.

A Agenda Comum da SADC é sustentada por princípios e políticas tais como:

- a) Promoção de um crescimento económico sustentável e equitativo e de um desenvolvimento socioeconómico que assegure a redução da pobreza com o objectivo último da sua erradicação;
- b) Promoção de valores políticos comuns, sistemas e outros valores compartilhados, que são transmitidos através de instituições democráticas, legítimas e eficazes;
- c) Promoção, consolidação e manutenção da democracia, da paz e da segurança.

Viveram um longo período de conflito armado, emanado na vontade de se tornarem independentes, a fim de caminharem com os próprios pés, até ao alcance do desenvolvimento desejado por cada um. Desenvolvimento este, em juízo político, económico e social, pautados em objectivos sólidos e concretos.

Alguns dos conflitos levaram mais tempo do que outros, enquanto os restantes, tiveram o privilégio de alcançar a sua independência mais rapidamente. As consequências

dos conflitos coloniais são análogas em diferentes países, embora uns tivessem recuperado com maior êxito que outros.

África é um continente com uma variedade de culturas e costumes, que muitas das vezes entram em choque com os Direitos Humanos, pois são considerados violações destes mesmos Direitos.

Uma vez que um dos objectivos é o de implementar os Direitos Humanos e fazê-los cumprir, tem sido uma tarefa um tanto difícil para os países africanos, sobretudo para os da África Austral, que é o nosso objecto de estudo.

A SADC é reconhecida como a organização de integração mais bem-sucedida no continente africano, pois é uma organização sub-regional, bastante dinâmica, com objectivos devidamente traçados e uma agenda pontual. Mas ainda assim, desde a sua génese que apresenta algumas debilidades e problemas de cariz económico, social, político e estratégico.

Tem sido difícil consagrar as suas políticas e a implementação das suas estratégias. Não existe um mecanismo que “obrigue” a que todos os Estados que constituem a SADC, actuem com o que foi estipulado inicialmente pela organização e se façam cumprir perante a mesma.

A África Austral é uma região bastante rica, pois engloba países que têm grandes recursos naturais, e não só, tem a África do Sul que é o Estado com a economia mais forte de África. Não esquecendo Angola, que é bastante rica em recursos naturais. Ainda com estes pontos vantajosos aqui mencionados, a África Austral continua a apresentar problemas a nível político e económico.

Quanto ao papel político de Angola na região Austral de África, é importante realçar, que até aos anos 60, tinha uma postura de não intervenção nas questões políticas da região.

Este quadro mudou, logo após a sua libertação colonial, e na sequência da invasão da África do Sul em 1975, tal acontecimento no decorrer do conflito da Guerra Civil. Através do seu exército, tornou-se parte integrante da região.

Sendo assim, Angola teve um cunho muito importante para a história da independência da Namíbia, que estava sob dominação sul-africana. Assim como também a democratização da África do Sul, e o fim do regime do *Apartheid*.

Angola passou a ser vista como um Estado importante para a SADC, por ter alcançado os principais objectivos pretendidos naquela conjuntura que se vivia altura. A sua intervenção directa na resolução dos conflitos existentes e o esforço ao enfrentar a poderosa África do Sul e o culminar da independência da Namíbia, Zimbabué e a “unificação” da África do Sul.

Tal como já foi dito no ponto mais acima, a África do Sul, subestimou as tropas angolanas, e não contava ser derrotada pelos mesmos. Este acontecimento obrigou a que o mesmo Estado repensasse sobre alguns pontos importantes e mudasse a sua postura e política na região austral de África. O facto contribuiu para a construção de laços de fraternidade e amizade na África Austral.

A SADC está consciente do desafio que constitui a disparidade de desenvolvimento, tanto social como económico, entre os seus Estados Membros.

A região ainda enfrenta ameaças potenciais e reais que incluem, dentre outras, conflitos armados em alguns Estados-membros, processos não concluídos de desmobilização, desarmamento, reintegração e monitoria de ex-militares, terrorismo e a prevalência de minas antipessoais.

3.4- Agenda comum da SADC e o plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional (RISDP)

A criação da SADC assenta num conjunto de objectivos, que visam o desenvolvimento da região, do ponto de vista político, económico e social. A SADC busca encontrar uma estabilidade na África Austral, por isso tem pontos fundamentais que estão na base das suas “acções”: Paz, Democracia, irradiação da pobreza e o respeito pelos Direitos Humanos.

Estes pontos estão todos devidamente interligados. Um Estado democrático tem maior probabilidade de se mostrar estável sobretudo do ponto de vista político.

É importante ter em conta que um desenvolvimento sustentável deve ter primazia em relação a um desenvolvimento económico. Atingindo um desenvolvimento sustentável em primeiro lugar, para mais tarde alcançar o desenvolvimento económico. Não querendo com isso dizer, que deve ser ignorado o desenvolvimento económico.

Satisfazer as necessidades de um povo dentro de um determinado Estado, evita a que os cidadãos do mesmo se tornem “revoltados”, e causem desequilíbrios internos, que levem a consequências significativas. A pobreza e a fome, são grandes factores de desequilíbrio e conflitos dentro de um Estado. Por isso, a SADC busca programas para levar a erradicação da fome e da pobreza em cada Estado-membro.

Ainda existem Estados-membros da SADC, que vivem grandes problemas de instabilidade política. Esta sendo uma organização regional, facilmente pode despoletar um conflito fora das fronteiras de zonas em litígio e agravar-se ainda mais a situação.

África é marcado por episódios de conflitos sangrentos ao longo da sua história, conflitos esses assentes na luta pela libertação colonial. É um continente bastante rico em recursos naturais, o que despertou (e ainda desperta) em tempos remotos, o interesse de determinados Estados, o que levou a colonização em África.

A SADC busca mecanismos de orientação para a implementação dos seus objectivos. Traça uma agenda a curto, médio e longo prazo pra cumprir alguns dos seus objectivos num determinado espaço de tempo. A urgência dos seus objectivos é variável.

Há na agenda objectivos que têm mais urgência no que tange a sua aplicação do que outros, depende em parte, daquilo que a SADC entende como prioridade num determinado, momento, para o bom funcionamento e desenvolvimento da organização.

Foi referido no ponto que explana a integração regional, passos a serem dados para que se componha condignamente uma integração regional. Deste modo, a SADC, elaborou uma agenda para serem alcançadas essas “metas”. A aplicação da união aduaneira estava estipulada na agenda para o ano de 2013, mas esta falhou o prazo estipulado, e o processo ainda está por concretizar.

Com o adiamento da união aduaneira, põe-se igualmente em causa o cumprimento das metas seguintes de integração:

- a) Estabelecimento de um Mercado Comum para o corrente ano (2015);
- b) União Económica e Monetária (2016);
- c) Moeda única (2018),

Põe em causa a execução das metas posteriores particularmente devido ao facto de, paralelamente aos desenvolvimentos na comunidade económica da SADC, se desencadearem outros processos integrativos que dificultam a harmonização de políticas entre Estados pertencentes a instituições com interesses frequentemente divergentes ou concorrentes.³⁸

Em 2001 foi aprovada pelo Secretariado, em Cimeira extraordinária o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional de África (RISDP), como forma de ultrapassar as dificuldades de natureza institucional. Foi impenhido ao Secretário, a reestruturação das instituições por forma a aumentar a eficiência das políticas e dos programas.

O Plano ficou pronto em 2004, mas passou a funcionar apenas em 2005. Este é um programa da SADC que visa aprofundar a integração regional na parte austral de África.

O RISDP deve ter em atenção as diferenças existentes entre os Estados-Membros da SADC e procurar a melhor forma de dar continuidade ao desenvolvimento integrado. Os objectivos estabelecidos pelo RISDP foram traçados no intuito de serem alcançados num prazo de 15 anos, e que a cada 5 é avaliado e modificado para se atingirem as metas esperadas.

Para esboçar um programa de forma coerente e realista, os técnicos que trabalharam na elaboração do RISDP, fizeram um içamento completo da situação tanto económica como social da região.

Deve ter-se em conta as debilidades de cada Estado-membro e buscar mecanismos para atingir objectivos traçados para este mesmo Estado, de modo a cerrar

³⁸ FRESTA, Carolina, TOMASSONI, Franco. Pág.9.

estas debilidades. Cada meta e objectivo alcançado, constitui mais um ponto para o desenvolvimento e baluarte da organização regional, SADC.

A iniciativa da Agenda do RISDP, permitiu a apresentação do que se acreditava ser um programa adaptável a realidade da região e o traçar de estratégias precisas. É por esta razão que o RISDP é chamado de instrumento facilitador e coordenador.³⁹

A primeira meta estipulada no RISDP foi a criação da Zona de Comércio Livre, que deveria ser dada como concluída em 2008. Pode-se dizer que até certo ponto esta meta foi alcançada, pois um dos mecanismos seria a ratificação por parte dos Estados-membros da SADC do Protocolo sobre as trocas comerciais.

Apesar de Angola, a República Democrática do Congo e Seychelles terem pedido cada uma a prorrogação para adesão a Zona de Comércio Livre, esta foi criada a mesma para os restantes Estados-membros.

Procurando ter os bons resultados já alcançados por outras comunidades em termos de liberalização do comércio e da economia que conduzirão a região a uma integração mais profunda, o RISDP traça as seguintes prioridades:

- Integração do mercado pela criação de uma Zona de Comércio Livre da SADC;
- União aduaneira da SADC;
- Mercado Comum da SADC;
- Convergência macroeconómica;
- Aumentar a competitividade da SADC no sector industrial e nos sectores produtivos para garantir uma participação mais activa da SADC na economia global;

³⁹ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 2004, p. 25- 26

- Preparativo para a criação da União Monetária;
- Harmonização de políticas legais e reguladoras da Livre Circulação dos quatro factores de produção;
- Criação e implementação de políticas que visem a estabilidade e convergência macroeconómica;
- Promoção dos países da SADC como destinos credíveis para o investimento;
- Consolidação da implementação das estratégias de desenvolvimento industrial e mineiro;
- Promoção do aumento da produtividade dos sectores de produção pelo positivo aproveitamento dos recursos naturais, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e outros, o que fará aumentar a competitividade;
- Melhorar a competitividade do sector mineiro e industrial pelo desenvolvimento das suas áreas;
- Desenvolvimento do empresariado com relevância especial para as pequenas e médias empresas.⁴⁰

O RISDP é também um instrumento facilitador da Agenda da SADC na medida em que traça as balizas que indicam as principais direcções que conduzem ao alcance das metas preconizadas pela SADC. Veio modernizar e racionalizar a Agenda Comum da organização regional.

Para que os objectivos traçados pelo RISDP sejam alcançados, é necessário que tenham as seguintes ordens:

⁴⁰ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 2004, p. 83- 8

- Todos os Estados-membros ratifiquem o Protocolo sobre trocas comerciais para que a implementação do mesmo leve a Zona de Livre Comércio (Em determinadas áreas, este Protocolo já estava a ser implementado, é necessário levar em consideração as alterações feitas no Protocolo na parte das recomendações e daí acelerar a já em andamento implementação);
- Os requisitos quanto a criação da Zona de Livre Comércio começaria a ser estudado, assim como o impacto que a União Aduaneira causaria na região, e não só. Em realidade esperava-se que em 2015 (presente ano), se começasse a negociar o estabelecimento da União Aduaneira e agregando a este estudo o estudo da viabilidade da criação de uma Tarifa Externa Comum;

Tomando como ponto de partida a visão da SADC de um futuro comum para a comunidade regional, e no garante da promoção do crescimento e do desenvolvimento socioeconómico e equitativo, a finalidade do RISDP é aprofundar a agenda de integração SADC.⁴¹

As necessidades são diferentes de membro para membro. Há uma miscigenação dentro da SADC, membros mais desenvolvidos que outros, com grande instabilidade e com graves problema de governação em relação aos restantes membros da sub-região.

Desde a sua criação, o RISDP reafirma o compromisso dos Estados Membros SADC no que toca a boa governação política, económica e cooperativa, integrada numa cultura de democracia, transparência e do estado de direito e a plena participação da sociedade civil.⁴²

É considerado um plano bastante realista, pois estabelece uma linha orientadora para a implementação ou aplicação das políticas e programas da SADC. Sendo assim o

⁴¹ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 2004, p. 25

⁴² Cunha, P., 2010, p. 78

RISDP, visa indicar e criar as condições para a materialização dos objectivos gerais da SADC.

O RISDP traça os mesmos objectivos que são inerentes a SADC. Boa governação política, económica e corporativa, o que por fim levará a eliminação da pobreza e a integração de profunda entre os Estados da SADC.⁴³

O RISDP deve ter em atenção as diferenças existentes entre os Estados Membros e procurar a melhor forma de dar continuidade ao desenvolvimento integrado. O que o RISDP de 2005 fez foi traçar como cronograma 15 anos para se atingirem as metas esperadas.⁴⁴

O RISDP identificou as seguintes áreas prioritárias de cooperação e integração regional: comércio e a liberalização económica; infra-estrutura e serviços; desenvolvimento regional para a integração regional; segurança alimentar e gestão conjunta de recursos naturais transfronteiriços; desenvolvimento social e humano e questões transversais, incluindo género e desenvolvimento; VIH e SIDA; ciência e tecnologia; ambiente sustentável; sector privado; e estatísticas.

De modo mais detalhado e abrangente com relação ao que foi elucidado mais a cima, fazem parte da agenda da SADC os seguintes itens:

- Promover o reforço e consolidação dos laços históricos e de afinidade culturais e sociais entre os povos da região;
- Promover, consolidar, manter e defender a democracia, a estabilidade, a paz e a segurança na região;
- Promover de valores que conduzam a harmonização das políticas públicas ou sistemas de políticas comuns e de valores partilhados transmitidos por instituições democráticas, legítimas e eficazes;
- Atingir a complementaridade dos programas e estratégias regionais e nacionais;

⁴³ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 2004, p. 13-14

⁴⁴ SANTOS, Edvalda Jandira Morgado. Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC. 2015, p.68.

- Promover a inserção do conceito de género na comunidade;

Os objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC são os seguintes:

- Promover o crescimento económico e o desenvolvimento socioeconómico sustentáveis e equitativos que são a garantia do alívio gradual da pobreza com fim de erradicá-la e melhorar o nível e qualidade de vida dos povos da região, apoiando os socialmente menos favorecidos através da integração regional;
- Alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais da região e promover a protecção do meio ambiente;
- Promover e otimizar o emprego produtivo e a utilização de recursos da região;
- Promover a inserção de programas com vista a erradicação da pobreza em todas as actividades da SADC;
- Promover o combate contra doenças fatais como o VIH/SIDA.

A SADC apresenta diversas fragilidades, nomeadamente aos órgãos institucionais da organização e as suas atribuições, daí podemos tirar breves relações das fragilidades da SADC.

Por exemplo, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que dentro das suas competências legislativas é responsável por traçar as directrizes políticas da comunidade é um órgão de natureza intergovernamental, assim como são de natureza semelhante o Conselho de Ministros e o Secretariado que são os órgãos orientadores da comunidade.⁴⁵

A actuação da Cimeira no processo decisório não prevê um órgão que com investida autoridade, em nome da comunidade, faça que os interesses da comunidade falem mais alto do

⁴⁵ SANTOS, Edvalda Jandira Morgado. Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC. 2015

que os interesses nacionais de cada Estado. Este é um dos factores pelos quais ainda não podemos ver o processo de integração avançar como se desejaria.⁴⁶

O Secretariado Executivo da SADC por não ter poder legislativo, apesar de ser o órgão executivo da comunidade, a sua autoridade é muito limitada. É de igual modo importante debruçarmo-nos da situação nada confirmatória causada pela suspensão do Tribunal da Comunidade, como um dos desafios que a SADC tem de enfrentar.

É um dos órgãos jurídicos da organização, é de tamanho ímpeto para o bom funcionamento da instituição. Como já foi dito África é um continente com muitas diferenças, embora hajam laços que os una, como uma história partilhada por décadas.

As diferenças tangem em aspectos económicos, políticos e sociais. Quando aos aspectos políticos, os regimes políticos ou constitucionais, também não há um regime uniforme, coabitando na SADC monarquias e repúblicas.

Outro aspecto tem a ver com a haver liberdade de os Estados integrarem-se em outras comunidades e ou organizações regionais, como por exemplo, alguns Estados da SADC fazem parte da Comunidade Económica de Estados da África Oeste/Ocidental (CEDEAO), do Mercado Comum da África Oriental e Austral da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Esta realidade poderá no processo de integração da SADC criar alguns atritos de interesse. Dado que cada organização e cada comunidade tem um interesse próprio, sendo que o interesse destas outras organizações e comunidades das quais membros da SADC fazem parte podem chocar com os interesses da SADC. Terão de optar entre os interesses da SADC e os de outras organizações a que fazem parte.

“A política é a arte de administrar uma sociedade, de manter nela a paz social, de transformar a legislação para adaptá-la às modificações acarretadas pela história, de

⁴⁶ SANTOS, Edvalda Jandira Morgado. Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC. 2015.

controlar as diversas actividades dos homens de tal modo que as instituições sejam justas e eficazes, de regular as relações entre o Estado e os Estados”.⁴⁷

3.5- Dificuldades que a SADC enfrenta

O continente africano é um continente que enfrenta diversas dificuldades e crises a nível político, militar, económico, e de segurança, propiciando ambientes de quase permanente instabilidade.

É uma região caracterizada por Estados que muitas das vezes não fazem valer as suas leis, não cumprem com a própria constituição, violam os Direitos Humanos, sem esquecer, que os líderes de grande parte dos Estados do continente africano, lideram num período bastante longo, quase que vitalício, culminando muitas das vezes, em políticas de pura ditadura, e que sendo Estados não monárquicos “adoptam” um poder hierárquico, em que um pai presidente é sucedido por um filho quando o primeiro falece, o factor corrupção é bem presente, assim como o descontentamento dos cidadãos.

É certo que os Estados incapazes de realizar as suas funções com ímpeto, acabam sendo refúgios ideais e terrenos férteis para a criminalidade organizada e ao terrorismo internacional. Todos estes factores atingem a segurança do continente africano.

Falemos da África Austral que é o meu objecto de pesquisa. A região da África Austral enfrenta alguns dilemas a nível político, económico e social. A nível económico são notórias as disparidades entre os diferentes Estados-membros como por exemplo o PIB *per capita* de cada Estado-membro, uns são mais significativos do que outros.

Há ainda o factor de desenvolvimento, a África do Sul e Angola, são os Estados-membros com maior desenvolvimento económico e social desta região. Ainda assim, o desenvolvimento económico da África do Sul é bastante considerável, em relação à Angola.

⁴⁷ ROUSSEUAU, Jean Jacques. Contrato social- Princípios do direito político. 4.^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pág. 221

A nível

el social, há países com um índice de desenvolvimento humano muito baixo, as taxas de analfabetismo são muito elevadas, como é o caso de Angola, em que grande parte da população ainda não sabe ler e nem escrever. Esta situação acresce um entrave ao desenvolvimento humano da região.

“A política implica antes de tudo a educação do cidadão. Apenas homens esclarecidos não se deixarão enganar por insidiosas propagandas, terão como única paixão, o amor à pátria, só eles poderão estabelecer uma sociedade justa”.⁴⁸

Mas esta região também apresenta progressos bastante consideráveis. É uma região com um longo ensaio no domínio da cooperação política, militar e diplomática. A cooperação teve início no período de vigência da guerra dos regimes de segregação racial na África do Sul, o regime do apartheid, como já antes mencionado.

A África Austral constitui um peso apreciável para segurança, estabilidade e desenvolvimento do continente africano, e que tem uma importante contribuição a dar para a causa da paz e do desenvolvimento dessa mesma aldeia global. Abordarei noutro capítulo mais a frente sobre os conflitos na RDC, e a intervenção da SADC no mesmo, de modo a compreendermos melhor o ponto aqui mencionado.

A nível político os conflitos que ainda se verificam em diversas zonas, sobretudo na República Democrática do Congo, em que o conflito se estende por vários anos e tem sido complexa as negociações de paz, constitui um entrave aos avanços e a concretização dos objectivos da SADC. Socialmente, é uma região é marcada pela pobreza e mazelas sociais. A pobreza é extrema e atinge todos os países em diferentes níveis.

A instabilidade crónica no Lesoto, os abusos de poder na Suazilândia, a disputa pelos recursos aquíferos (já bastante patentes entre o Botsuana e a Namíbia (IPA, 2000B: 34), a questão da proliferação de armas ligeiras, a existência de um grande numero de ex-combatentes desmobilizados (Zacarias 1999:130), e o problema das terras, nomeadamente no Zimbabué, mas potencialmente também na África do Sul e na

⁴⁸ ROUSSEUAU, Jean Jacques. Contrato social- Princípios do direito político. 4.^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pág. 222

Namíbia, poderão degenerar em conflitos armados ou uma forte instabilidade com consequências para toda a região da SADC.

A SADC debate-se com crises políticas em três dos seus 15 Estados-membros, o que reafirma a necessidade de intensificar-se as consultas diplomáticas a vários níveis, com vista a dar corpo e forma aos objectivos de importância angular para a consumação da integração regional.

Quando o governo de cada Estado-membro prevê a implementação de políticas sociais ou propostas, estas acabam tendo um fim meramente económico e com uma vertente a nível da saúde, deixando de parte a educação, que a meu ver é fundamental no garante do desenvolvimento de um país.

O analfabetismo é um grande factor social que deve ser combatido, já que atinge mais de 50% da população em alguns Estados-membros. O recurso a educação é um factor que requer atenção e a atribuição de especial importância para que seja atingida uma qualificação de mão-de-obra e elevada representatividade internacional da SADC. Sendo assim, com uma mão-de-obra qualificada, não seria preciso recorrer à mão-de-obra estrangeira para a satisfação dos serviços. O continente africano é marcado por um elevado nível de analfabetismo como já mencionei antes.

Caso não se leve a cabo um plano de melhoria a nível da educação, o desenvolvimento não será sustentável, e, não havendo mão-de-obra qualificada, nunca será possível atingir a soberania.⁴⁹

O combate ao SIDA é um dos objectivos e prioridades da SADC, pois estima-se que este vírus atinja mais de um quarto da população da África Austral.

A divulgação da informação quanto aos conceitos básicos da doença por meio de palestras às instituições educacionais e não só, publicidade e entre outros meios à dar a conhecer a doença, deve ser constante e reflectir um efeito positivo na sociedade, de modo a obter-se o decréscimo do número de infectados.

⁴⁹ Comunidade para o desenvolvimento para a África austral- Investimento no estrangeiro.

Um outro problema que se verifica nos países da África Austral é a separação de género. Ainda existe em algumas partes da região da África Austral, uma ignorância quanto ao empoderamento da mulher. Constitui um atraso a nível social, visto que num mundo globalizado é cada vez mais notório, mulheres a ocuparem posições sociais que antes eram marcadas somente pela presença do género masculino.

Este tema faz parte das metas a serem granjeadas pela SADC. É uma exigência do fórum Parlamentar da SADC, atingir níveis de enquadramento da mulher no “Parlamento”. Não é satisfatório, num mundo globalizado como o que temos, verificarem-se situações de discriminação em relação à mulher, sobretudo a mulher africana. Estes assentos parlamentares, não são referentes somente ao fórum Parlamentar de SADC, mas também aos parlamentos dos seus devidos Estados.

O empoderamento das mulheres, busca promover a equidade de género em todas as actividades sociais e económicas, e alcançar uma representação de 50/50 entre homens e mulheres na política e no processo de tomada de decisões e acções em matéria de igualdade de género, e em todos níveis do espaço político, económico e social.

Foi atribuída uma designação em relação ao empoderamento da mulher em África, denominada a Década da Mulher Africana, porque estas já percorrem um longo caminho na luta contra a discriminação, e embora tenham tido cada vez mais visibilidade em diversas áreas de actuação, o percurso ainda é longo.

Motheo, comissário para assuntos económicos da União Africana, comenta que o empoderamento da mulher africana deve passar não só pela actualização de emendas legais nos países da região, como também, e sobretudo, pela transformação das suas sociedades.

Constitui um mecanismo que visa permitir acelerar a implementação e a consecução dos objectivos estabelecidos nas várias declarações, protocolos e convenções adoptadas pela União Africana.

Espera-se, numa estimativa a curto prazo, aproximadamente 5 anos, conseguir abolir todas as cláusulas sexualmente discriminatórias nas constituições de todos os países, instituir leis que garantam direitos iguais a homens e mulheres, reduzir a violência contra mulheres e crianças, e atingir-se uma dignidade muito maior da mulher na sociedade.

Prevê-se um aumento da participação feminina em assentos governamentais. Esse projecto é de difícil implementação, devido às características culturais da maioria dos países que defendem a diferenciação nas capacidades dos homens e mulheres, e, consequentemente, o direito e o dever a atribuições diferenciadas.

Uma outra dificuldade que a SADC encontra é a nível interno da integração regional. Nem todas as fases foram ainda alcançadas. Existem prazos na agenda da SADC, mas quase sempre são adiados. Nem todos os Estados-membros têm condições para aderir a todas as fases da integração regional, de modo a dar maior firmeza e credibilidade a SADC.

Existem fragilidades no que toca aos órgãos institucionais da SADC. A actuação da Cimeira de Chefes de Estado no processo decisório, não prevê um órgão que com investida autoridade, em nome da Comunidade, faça com que os interesses da SADC falem mais alto que os interesses nacionais de cada Estado-membro.

A Troika, emite pareceres fornecendo orientação política às instituições da SADC, e toma decisões correntes entre as reuniões ordinárias. Este não é um órgão com poder para reestruturar ou rever as decisões tomadas pela Cimeira.

O Secretariado Executivo da SADC por não ter poder legislativo apesar de ser um órgão executivo da Comunidade, a sua autoridade é muito limitada.

A suspensão do Tribunal da SADC, é um dos desafios que a Comunidade tem que enfrentar. Este foi suspenso em 2010 por decisão dos Chefes de Estado e de Governo da organização.

“É verdade que este órgão precisa de reformas, mas para que valha a pena a reactivação deste órgão para a comunidade, quando reactivado, deverá ser investido de um carácter proactivo no modo como lidará com as actividades correntes da integração regional. As suas decisões deveriam ser investidas de um carácter de obrigatoriedade, pois visariam além de resolver diferendos entre os Estados, concretizaria a integração em si.”⁵⁰

⁵⁰ SANTOS, Edvalda Jandira Morgado. Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC. 2015.

Para dizer, que é imprescindível a existência de um órgão de cariz jurídico, de modo a ressaltar a boa conduta dentro da organização regional, assim como dentro dos Estados-membros da SADC. Mas este mesmo órgão, assim que reactivado, deverá criar mecanismos para tornar credível e sólida a sua actuação na resolução dos possíveis antagonismos entre os Estados-membros.

Há uma diversidade de regimes políticos dentro da SADC, entre elas, monarquias e repúblicas.

No que toca aos Estados-membros, é preocupante o facto de estes pertencerem a SADC, ao mesmo tempo que também estejam integrados em outras organizações regionais.

Esta liberdade dos Estados da SADC integrarem outras organizações regionais, faz com que haja um certo conflito de interesses, entre os da SADC e das organizações da qual fazem parte.

As organizações regionais de que os Estados-membros da SADC fazem parte são as seguintes: Comunidade Económica de Estados da África Oeste/Ocidental (CEDEAO), do Mercado Comum da África Oriental e Austral da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Determinados objectivos da SADC ficam por ser realizados, e este facto acresce mais um atraso a concretização da integração regional da África Austral. Como poderão os Estados-membros lidar com estes atritos quando os dois interesses se sobreporem? É um paradoxo bastante complexo uma vez que estão vinculados a mais de uma organização. Terão que optar apenas por um dos lados, e como fazer essa escolha? É complexo.

Esta complexidade, parte do início que quando uma Estado prescinde dos seus direitos e deveres, para se vincular a uma Organização, esta fica sob a “égide” de um tratado, que irá ditar a sua conduta, irá estabelecer os seus princípios e deveres para com aquele sujeito.

Os Tratados devem ser cumpridos, é obrigatório para as partes que o assinam. Os tratados são sujeitos de Direito Internacional, historicamente, foram as regras

consuetudinárias, que regeram os acordos entre os Estados, utilizando-se de princípios gerais, sobretudo, do respeito ao acordado (*pacta sunt servanda*), do livre consentimento e o da boa-fé das Partes contratantes.

Os Estados que se dispuseram a assinar um determinado tratado, devem respeitar este mesmo tratado. Isto para esclarecer o que à cima foi mencionado, quanto aos atritos de interesses entre os Estados que fazem parte da SADC e de outras organizações regionais. É complexa a situação, porque envolvem tratados quando os Estados fazem parte de uma organização seja ela de que cariz for, internacional, regional, não-governamental.

Capítulo IV

4- A Política Externa de Angola na África Austral

4.1- Diplomacia e Política Externa

A política externa pode dizer-se que é a actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objectivos que lhes são próprios. Quanto mais força política, económica e militar tiver um Estado, mais eficaz poderá ser a sua Política Externa.⁵¹

Esta actividade, é considerada o campo de actuação dentro de uma estratégia do Estado, e a acção diplomática é a execução da Política Externa.

A Diplomacia é um instrumento da Política Externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes.⁵²

Podemos ainda dizer que a Diplomacia é um instrumento privilegiado ao serviço da Política Externa; é a actuação de um Estado no exterior através de agentes seus como tal acreditados perante outro estado ou perante organizações internacionais.⁵³

Trata dos interesses de um Estado em relação à Comunidade Internacional. Nenhum Estado é auto-suficiente, ou seja nenhum Estado “sobrevive” sozinho na esfera internacional actual, são todos interdependentes, inclusive as superpotências.

Estes sujeitos de Direito Internacional, buscam incessantemente concretizar os seus objectivos políticos e económicos na esfera internacional, unindo-se aos demais Estados do Sistema Internacional, ao fim de suprir as suas “necessidades”, se assim podermos dizer, tudo em volta de um interesse estratégico mútuo. Num mundo globalizado como o nosso, dificilmente os Estados que constituem o Sistema Internacional optam por uma posição de isolacionismo.

⁵¹ Gomes, Ana - A política Externa e a Diplomacia Numa Estratégia Nacional, pag.55.

⁵² José Galvet de Magalhães- A Diplomacia Pura, pág. 88.

⁵³ A política Externa e a Diplomacia Numa Estratégia Nacional, Ana Gomes, pag.72

Em tempos arredados, a Sociedade Internacional era uma constelação de Estados aproximados, interligados entre si, por relações de interesse ou de força, orientando-se apenas por vagas indicações de um Direito Internacional rudimentar, e desprovido de mecanismos sancionatórios. Quero com isto explicar, que as únicas formas de organizações existentes eram rudimentares e assentavam nas relações de domínio, ou de equilíbrio de forças, em alianças temporárias contra inimigos comuns, e em sistemas de representação mútua, através da acreditação de diplomatas.

As alianças eram temporárias, diferente do que tem acontecido nos tempos actuais, em que as alianças têm um cunho mais duradouro. Toda aliança temporária é auxiliada a um sentimento de medo, é apenas uma esperança vã de derrotar o inimigo. Os Estados organizam-se em alianças para salvaguardar os seus interesses, de modo a protegerem-se dos seus eventuais inimigos na Sociedade Internacional. Nunca se sabe o que esperar de um Estado com objectivos contrários ao de outrem.

“A competição internacional dá a sociedade internacional um carácter temível: nela reinam cálculos, ambições, rivalidades, mais o que caridade e justiça.”⁵⁴. O papel da política externa de cada Estado, seria garantir nessa selva as melhores condições para realização dos seus fins próprios.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a conjuntura a cima referida mudou. Os laços que prendem os países uns aos outros, a nível regional e mundial, hoje abrangem todos os campos devido a sua complexidade.

É visível uma proeminência de organizações internacionais e regionais, assim como os acordos bilaterais. Com o desenvolvimento das comunicações, deu-se um deslocamento facilitado de indivíduos, nomeadamente através do turismo, desenvolveu-se de igual modo o comércio e as relações económicas, surgiram novos actores no Sistema Internacional, muitas das vezes, uns mais poderosos e influentes do que muitos Estados, juridicamente constituídos.

Deste modo há na esfera internacional, uma composição muito maior de um conjunto de sujeitos para além do tradicionalmente conhecido, o Estado. Passam a existir como actores internacionais, o sistema de alianças, organizações internacionais, serviços

⁵⁴ Plantey, Alain - De la Politique entre les états, pág.12,13.

públicos intergovernamentais, organismos ideológicos ou profissionais, organizações não-governamentais, grandes empresas multinacionais, bancos e consórcios de bancos de alcance internacional.

Entende-se por isolacionismo, em geral, a prática oficial de um Estado em fechar-se para os demais Estados do Sistema Internacional, quer a nível económico, como a nível político. Neste contexto, não significa que em determinada parte da história, alguns Estados não optaram por um certo isolacionismo, como é o caso dos Estados Unidos, que num determinado período da história, optou pelo isolacionismo, no período da Segunda Guerra Mundial, de modo a retardar a sua entrada para o conflito.

Cada Estado tem as suas Relações Internacionais no sistema político internacional, e estes procuram definir as estratégias da sua política externa, das quais podem resultar em aproximação ou distanciamento, com os demais Estados do Sistema Internacional.

“A sociedade Internacional, para além dos elementos jurídicos e éticos, e das instituições internacionais ou supranacionais que criou, continua a ser ainda, basicamente, uma relação de forças entre potências, as grandes, médias ou pequenas. Cada uma destas potências procura ocupar os espaços livres ou vácuos que vão surgindo, ou que a cúria de outros países deixa abertos”.⁵⁵

A Sociedade Internacional adoptou diferentes formas de organização regional e os modelos de convivência. Em certas partes do globo avançou-se mais do que outras, quer na organização da sociedade regional, quer na definição de princípios e regras de cooperação pacífica. Tomo como exemplo a África Austral, cuja “arquitectura” política hoje tanto se debate, em que já se tem adoptado formas de organização nos campos político, económico e de segurança. A África Austral tem atuado por vias da SADC, que tende a assegurar regras de convivência pacífica, da cooperação, de esbatimento de conflitos, que dão uma dimensão totalmente nova à acção diplomática.

Para um Estado as “janelas” para se olhar o mundo ao seu redor é a diplomacia e as suas Relações Internacionais. Através da Política Externa, ou seja, do modo de cada

⁵⁵ G. Santa Clara Gomes- Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional, pág.59.

Estado “fazer política”, pode-se olhar o mundo de um ponto mais elevado, pautando o pensamento realista, as relações dos países desenvolvidos com os países em vias de desenvolvimento.

Assim, como todos os Estados independentes, e com alguma “notoriedade” na esfera internacional, Angola também possui um “impulsionador” de política externa, o Ministério das Relações Exteriores em coordenação com os diversos ministérios. Esta é a instituição estadual que zela pelos interesses políticos e económicos do país fora da sua zona de actuação, do seu território nacional, com os demais Estados do Sistema Internacional, com o qual mantém boas relações, no intuito de alcançar um determinado objectivo benéfico ao seu território nacional.

Deste modo a Política Externa de Angola consiste no posicionamento adoptado pelo Estado para alcançar os seus objectivos devidamente tracejados de acordo com a sua estratégia racionalmente escolhida. Esta não é se não a continuação da política interna do Estado angolano. Ou seja, visa consolidar a ordem social existente no próprio Estado através da afixação das suas disposições na ordem jurídica internacional, e defender no Sistema Internacional os interesses do Estado.

Cada Estado possui os seus objectivos nacionais, devidamente traçados. Estes objectivos estão ligados a uma estratégia mundial e não são exclusivamente nacionais, daí a sua política externa. Estes objectivos embora sejam comuns a muitos países, formulados de modo próprio e exclusivo a cada um, de acordo a sua dimensão, história, situação geográfica, cultura, e as suas preocupações tradicionais e as ameaças que o rodeiam.

Um exemplo, a cerca das relações de Política Externa, é a situação em que o país actualmente atravessa. Vive uma crise económica, e tem indagado mecanismos, fora do seu território nacional, para suprimir esta mesma crise, fazendo acordos com Estados que possam de algum modo coadjuvar nessa situação. Acordos esses, sobretudo com a China, que tem sido um grande parceiro económico.⁵⁶

⁵⁶ Diplomacia Económica.

Podemos dizer que a Diplomacia é o elo de ligação entre Angola e os demais países com quem este pretende expandir a sua Política Externa, ou seja manter relações políticas e não só com Estados terceiros.

Após a independência de Angola, o actual presidente da República, foi o primeiro titular a Ministro das Relações Exteriores. O país passou a ser reconhecido pela Comunidade Internacional, como manifestação de vontade dos Estados, de estabelecer relações políticas e económicas com a recente nação.

“É a partir da mudança do sistema político e económico monopartidário para o sistema multipartidário, tendo início com as eleições em Setembro de 1992 que apresentamos a política externa de Angola aos dias atuais. De uma política externa nacionalista e socialista, seja em termos de desenvolvimento económico, quanto social, a política externa de Angola evoluiu de um país colonial para uma política externa com ideais socialistas iniciada com a proclamação da independência do país e ao retorno ao sistema de livre mercado em 1992.”

Neste contexto Angola elaborou a sua Política Externa, preparando-se assim para estabelecer relações políticas com outros Estados do Sistema Internacional. Traçou os seus objectivos nacionais, que como já referi anteriormente culminam muitas das vezes com as estratégias globais.

Angola faz parte da SADC, e esta tem objectivos próprios aos objectivos nacionais de cada estado membro. Um dos objectivos da SADC prevê a livre circulação de bens e a abertura dos mercados. Não constitui um objectivo benéfico para Angola assim como para determinados Estados que têm uma economia ainda em ascensão.

Reforçando a minha ideia devo dizer que, existindo a África do Sul que tem uma economia bastante avançada em relação a Angola, os mercados seriam “inundados” com produtos sul-africanos, pois para além de terem maior qualidade, a facilidade e as condições para importar os seus produtos são mais credíveis. A abertura dos mercados na África Austral para já, não seria uma boa política, pois condicionaria a economia de Angola, no que toca a importação dos seus produtos, a África do Sul teria sempre maior vantagem. Há necessidade de se aprimorar e desenvolver o sector agrícola e industrial.

Nas relações internacionais, assim como nas relações bilaterais, tornam-se constantes decisões que afectam os interesses de cada país e que deve procurar influenciar. Este facto faz com que os governos preocupem-se com a condução da sua política externa, envolvendo directamente na política externa o chefe de governo ou de Estado.

Do ponto de vista político, o Estado angolano empreendeu uma luta pela afirmação da sua independência, igualdade de direitos com relação aos outros Estados, segurança, paz e coexistência pacífica, cooperação mutuamente vantajosa na base da igualdade e respeito mútuo e defesa dos Direitos Humanos.

Economicamente a política externa de Angola assenta num modelo de relações mais justas e livres de proteccionismos. A guerra em Angola impedia que os resultados fossem positivos na região da África Austral. O novo quadro pós- acordos de Nova Iorque tornou-se num balão de oxigénio para as economias da África Austral seriamente debilitadas.

4.2- SADC e a Guerra Mundial em África: conflitos na RDC

Os conflitos na República do Congo tiveram início no final da Guerra Fria. O Presidente Mobutu Sese Seko, quando ascendeu ao poder em 1965 por um golpe de Estado, estabeleceu uma ditadura, e alterou o nome do país, deixando este de ser República do Congo, passando à República do Zaire. O mesmo aconteceu com a Capital, deixou de ser Léopoldville, passando à Kinshasa.

Com a mudança que se evidenciou no Sistema Internacional, logo após ao fim da Guerra Fria, e após a queda do muro de Berlim, o presidente da RDC Mobutu Sese Seko, sofreu pressões externas, persuadido a realizar reformas dentro do próprio Estado, adoptando o multipartidarismo, e instituindo uma conferência nacional, objectivando a realização de reformas institucionais.

Mobutu Sese Seko, não aceitou a realização desta conferência nacional, com medo de pôr em causa o seu *status quo*, e como consequência desta decisão, prejudicou a transição do Estado congolês para uma Democracia.

Neste contexto, o regime de Mobutu passa por situações difíceis, uma vez que a protecção externa tinha desmoronado, e com a queda do muro de Berlim, constrangeu a entrada do financiamento externo, pondo o Estado numa situação bastante decadente. Diante desta dependência externa, o que se espera da economia do Zaire? “A economia diminuiu em 40% só entre 1988 e 1995, o Estado desintegrou-se fisicamente, não oferecendo um mínimo de serviço ao cidadão, grande parte do exército desapareceu, recolhendo o seu pagamento em saques à população. A infra-estrutura física do país desagregou-se substancialmente”.⁵⁷

Com o colapso da economia, a falta de ajuda externa e a capacidade repressiva do seu regime, Mobutu viu-se ameaçado pela oposição demográfica, e deste modo, opta por uma estratégia de descentralização política e militar. Começou uma política estratégica de divisão das regiões e etnias, e a privatização dos recursos naturais. A República do Zaire, passa a desintegrar-se, verificando-se uma desordem social, e uma falta de capacidade de controlar todo o território nacional.

A política de separação de etnias exhibe repercussões negativas. Os banyamulenge (tutsis)⁵⁸, em sua defesa, dirigiram-se (exércitos do Ruanda e Burundi) até Kinshasa contra o governo de Mobutu.

Em 1994 um milhão de ruandeses maioritariamente *hútus*⁵⁹, refugiaram-se para o leste do Zaire na sequência do genocídio ocorrido no Ruanda. Desestabilizaram a região

⁵⁷ Conflito no congo, antecedentes.

⁵⁸ Tutsis- São um grupo étnico, existentes no Uganda e Ruanda, mas também tendo presença no Congo e Tanzânia. Eram o grupo maioritário.

⁵⁹ Hutus- Também conhecidos por banyamulengues, são um grupo étnico proveniente do Ruanda e Uganda. As etnias Tutsis e Hútus surgiram em grande medida pela divisão criada de uma só população pelos colonizadores belgas baseada em critérios diversos como altura, cor da pele e formato do nariz. Os belgas para criar essa diferença, procuravam padrões em cada um que fosse mais próximo do estereótipo europeu, os tutsis eram formados por pessoas cujo nariz fosse mais fino, tivessem a pele mais clara e fossem os mais altos

habitada há mais de 200 anos por tutsis banyamulenge. Sentindo-se negligenciados por Mobutu, os banyamulenge iniciaram uma rebelião em Outubro de 1996, liderados por Laurent Desiré Kabila, com o objectivo de derrubar o presidente Mobutu, acusado de ascender ao poder através de um golpe de Estado, apoiado por forças estrangeiras (EUA e Bélgica).

O Governo da República do Zaire achou por bem, expulsar todos os tutsis que se encontravam no seu território. Deste modo, as tropas ruandesas invadiram a RDC em 1996.

A complexidade do conflito no Zaire e o tamanho das consequências do antagonismo, ficou conhecido por “Guerra Mundial em África”. O Zaire passou a ser alvo de intentos dos actores internos e externos, sub-regionais e internacionais.

O conflito contou com o envolvimento de Estados africanos, sendo estes: Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, África do Sul (embora de um modo indirecto) e o Zimbabué. Deu-se a uma internacionalização do conflito, abrangendo outros Estados que viam as suas fronteiras ameaçadas, tendo como fonte de perigo a região do Congo, e tiveram a necessidade de se autodefenderem.

Será que a pretensão destes Estados africanos em fazer parte do conflito baseava-se apenas no grande interesse de levar a paz a esta região? A meu ver, este arbítrio em participar do conflito tinha uma conotação estratégia por parte dos Estados que se fizeram presentes no decorrer do conflito.

Estava em jogo a garantia da segurança das fronteiras visando a neutralização de todas as possíveis tendências, reais e supostas, do derrube dos regimes destes Estados a partir dos grupos rebeldes que actuam no território congolês

As tensões iam intensificando-se, e o exército do Governo de Mobutu estava enfraquecido. Em 1997, Mobutu propõe um cessar-fogo, mas a Aliança de Forças Democráticas pela Libertação (AFDL), rejeitaram esta negociação e avançaram em direcção a Kinshasa.

Nesta conjuntura, o presidente Mobutu foi deposto na sequência da sua retirada forçosa do país, por pressão das tropas de Kabila que haviam cercado a capital Kinshasa,

sem dar qualquer margem de manobra a Mobutu. A capital do Zaire, conhecida como a capital dos diamantes, foi conquistada a 17 de Maio de 1997.

Laurent-Désiré-Kabila autoproclamou-se presidente da RDC em 1997 e alterou novamente o nome do país, passando de Zaire para República Democrática do Congo, como inicialmente era, e forma um governo de salvação nacional, prometendo igualmente eleições gerais.

O novo Presidente, não cumpriu com o prometido, e inicia-se uma ditadura. O mesmo suspende os partidos e proíbe as manifestações políticas, concentra todos poderes legislativos, executivos e judiciais nas suas mãos, segurando uma ditadura pessoal através das armas e de potências estrangeiras convidadas, particularmente Angola e Zimbabwe.

Kabila legou um país bastante problemático, aonde se faziam presentes questões de corrupção e tensões étnicas, locais e regionais, assim como uma crise económica que desmoralizava o futuro da RDC. Este não possuía aspirações democráticas, e muito menos pretendia a reconciliação dos grupos étnicos locais, e diante desta conjuntura, o Estado em questão continuava em decadência.

A RDC ficou dividida em duas partes, a leste pelas tropas da RDC e o nordeste pelas tropas do Uganda, estava dividida também em três segmentos: RDC (Rassemblement Congolais pour la Democratie), RPA e MLC (Mouvement de Libération du Congo).

Em 1997 a relação entre Kabila e os seus parceiros (Uganda e Ruanda) apicoaram, e este líder destituiu todos os chefes tutsis que faziam parte do Governo, assim como as forças estrangeiras que se encontravam em território congolês em 1998, mas estes últimos recusaram-se a deixar aquele Estado.

O conflito da RDC teve duas fases, cuja segunda, denominada II Guerra do Congo eclodiu a 2 de Agosto de 1998, quando as tropas do Ruanda e Uganda invadiram a RDC com o objectivo de derrubar Kabila.

Angola era dos actores que mais motivo tinha para intervir no conflito, uma vez que vivia um período de instabilidade dentro do próprio território, e a presença de rebeldes da UNITA na RDC representava uma ameaça ao território angolano. A sua presença no

conflito ocorre na razão de pôr termo as sucessivas incursões que a UNITA realizava, com uma retaguarda segura das instituições Congolesas.

Este factor motivou a entrada de Angola no conflito, usufruindo do direito de autodefesa do seu território, neste sentido, em 1997, existindo uma abertura de depor o governo de Mobutu, o Estado angolano participa na derrubada deste, ao lado de Laurent Desiré Kabila.

Angola, sendo membro da SADC, procurou legitimar a sua entrada no conflito juntamente com os restantes membros que faziam parte da SADC. Angola entrou neste conflito, juntamente com o Zimbabué e a Namíbia a pedido do governo da RDC.

A entrada do Ruanda no conflito é de algum modo semelhante ao motivo apresentado pelo Estado angolano. A presença dos banyamulenge no leste do Congo, constituía um motivo de insegurança das suas fronteiras do Ruanda, no leste do Congo se levava a cabo acções de guerrilha cujo objectivo era o derrube do regime político instituído no Ruanda.

As Relações Internacionais dos Estados africanos é regido pelo princípio “*o inimigo do meu inimigo, é meu amigo*”. Daí resultam alianças entre os Estados, embora estas acabem sendo bastante voláteis e sujeitas a rápidas mudanças. Este período foi marcado por alianças não duradouras, serviam apenas para um determinado propósito e num período de tempo.

Kabila solicitou o auxílio da SADC para conter a invasão no país, e nessa sequência, Robert Mugabe (presidente do Zimbabué) na qualidade de presidente do órgão da SADC, convocou um encontro entre os ministros da defesa da SADC.

A posição de Robert Mugabe trouxe alguns constrangimentos dentro da organização regional. A existência de interesses económicos e políticos divergentes dividiram os países, de um lado os que apoiavam uma intervenção militar da SADC: Angola, Namíbia e Zimbabué que defendiam claramente interesses nacionais concretos; e do outro lado os que eram contra: África do Sul, Tanzânia ou a Zâmbia, que eram neutrais e defendiam uma resolução do conflito de modo pacífico, ou seja por via diplomática.

“A intervenção na RDC dividiria fortemente os líderes da SADC, diminuindo a já fraca solidariedade e vontade de cooperação entre os seus membros.”⁶⁰

Apesar dos desentendimentos e da falta de consenso quanto à intervenção da SADC no conflito, surpreendentemente, Nelson Mandela mudou a sua posição em relação a intervenção militar, passando a apoiar a posição de Angola, Namíbia e Zimbabué. Decidiu intervir, uma vez que a situação vinha a agravar-se. O conflito que inicialmente era apenas a leste da RDC, alastrou-se até a capital Kinshasa, criando ainda mais debilidades e constrangimentos ao país.

Nelson Mandela, presidente da SADC neste período, estava contra a intervenção na RDC, considerando a possibilidade de alcançar uma solução política de modo pacífico. Em Agosto, o então presidente da SADC, mudou de ideias e passou a apoiar intervenção dos três membros (Angola, Namíbia e o Zimbabué) na RDC, anunciando esta posição numa Cimeira ocorrida nas Maurícias.

Na cimeira da SADC realizada a 13 e 14 de Setembro de 1997 nas Maurícias, reforçou-se o posicionamento da SADC, e conclui-se que o apoio militar da SADC na resolução do conflito, procurava restaurar a paz e segurança naquele Estado.

A RDC viveu quatro anos de Guerra Civil, e este conflito teve fim a 10 de Julho de 1999, com a assinatura de um acordo de cessar-fogo que ficou conhecido como acordo de Lusaca. Este acordo foi assinado entre a RDC, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbabué, e assinado também, em seguida, assinado pelos dois grupos armados congolese, o *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (RCD) e o *Mouvement de Libération du Congo* (MLC).

Após assinatura do acordo, houve uma tentativa de diálogo entre as partes, para decidir sobre os constrangimentos que o país vivenciava, sobretudo na esfera económica, ficou conhecido como o Diálogo inter-congolês (ICD).

O Diálogo inter-congolês teve início a 25 de Fevereiro de 2002, tendo sido considerado um passo importante para a reunificação da RDC e a instauração de um regime de transição e este mesmo terminou em Abril do mesmo ano, com a assinatura de

⁶⁰ (IPA, 2002b: 33).

366 delegados congoleseos presentes em Sun City (África do Sul) e culminou na adopção de uma constituição de transição.

Do ponto de vista geopolítico a região do Congo, é uma zona de grande interesse. Mas podemos olhar para RDC e pensar por que razão uma região tão conturbada e destabilizada é motivo de grandes interesses? Ora bem, quem controlar a região dos grandes lagos (África central e sub-região que integra a RDC), controlava aquela região toda da África Central. Imaginemos a RDC como uma “bomba prestes a explodir”.

Relembremos a teoria de *Mackinder*.⁶¹ Este foi o principal teórico da geopolítica clássica, e olhava para a geografia como o pivô da história. Criou e desenvolveu a teoria do *Heartland*, e esta teoria teve utilidade às vésperas da I Guerra Mundial, no sentido de impedir a aproximação entre a potência que dominava o *Heartland* (Rússia) e a potência que buscava controlar os recursos do *Heartland*, a Alemanha. As condições geográficas de um país determinam a sua estratégia de segurança.

O *Heartland* estava localizado na Eurásia e era controlada pelo império Russo e posteriormente pela União Soviética. É uma região com abundância em recursos naturais e daí é disputa pelo controlo da mesma. Quem controlasse o *Heartland* controlava toda a zona da Eurásia. “O Estado que controlasse todo o *Heartland* poderia tentar obter saídas para mares abertos e tornar-se uma potência anfíbia que poderia dominar o que ele denominava Ilha Mundo (*World Island*) ”.

Esta teoria também pode ser abstraída a outros continentes, que embora menores, também têm o seu *Heartland*. Podemos ter como exemplo a RDC. As condições geográficas e um Estado determinam a sua estratégia de segurança.

O Estado que controlasse a RDC teria o domínio daquela região que pela sua localização geográfica, e de grande interesse para as organizações regionais, SADC e os

⁶¹ Mackinder foi o principal teórico da Geopolítica. Olhava para a geografia como o pivô da história. Criou e desenvolveu os conceitos *Heartland* e *World Island*. "Who rules East Europe commands the *Heartland*; who rules the *Heartland* commands the *World-Island*; who rules the *World-Island* commands the world." (Mackinder, *Democratic Ideals and Reality*, p. 150)

Grandes Lagos. O controlo deste Heartland da África central e austral representaria o controlo ou domínio dos recursos demográficos e naturais da RDC e parte da Região dos Grandes Lagos.

Este é um conflito aparentemente sem fim pelas diversas tentativas sem sucesso de pôr termo ao mesmo, o que constitui uma grande ameaça a segurança da região da África Austral e central.

Um descuido que culminasse numa explosão seria devastador para os países da região dos Grandes Lagos e da África Austral como acima referido. Todos os Estados a redor seriam afectados, e o conflito teria um desfecho ainda pior. Daí a necessidade dos Estados conterem essa “explosão”, salvaguardando as suas fronteiras, e actuando em território congolês com a pretensão de pôr termo ao conflito.

Os Estados perante um perigo de eminência de conflito, com o medo de serem atacados, tomam a iniciativas de segurança antes que sejam eles a sofrer as consequências de um possível ataque.

No âmbito das Relações Internacionais, segundo a teoria realista, não há “Estado”, e deste modo não há um poder coercivo, daí resultam os conflitos e guerras. O Sistema é anárquico, o que significa que nenhum Estado se sobrepõe ao outro na esfera internacional, encontram-se todos no mesmo patamar, ou seja ao mesmo nível de igualdade.

O Sistema Internacional acaba sendo “perigoso”, pois nenhum estado conhece a fundo as intenções e os objectivos de, por isso os Estados devem pensar em estratégias de segurança ao fim de impedir que a sua soberania seja ameaçada ou desestabilizada.

Segundo Hobbes, os Estados são obrigados a cooperar e a fazer alianças para sobreviverem, sobretudo em função de um equilíbrio de poder, isto é, buscando manter um equilíbrio na distribuição de poder no plano internacional.

Angola, Namíbia e Zimbabué, defenderam a intervenção para repor a ordem e a paz na RDC, tiveram um papel solidário na resolução ou apaziguamento do conflito.

A intervenção de Angola no conflito foi concedida a meu ver como uma defesa da sua soberania e segurança estratégica, e não como ingerência nos assuntos internos de outro Estado.

Do meu ponto de vista, a resolução do conflito RDC requer uma certa urgência, uma vez que o mesmo poderá trazer consequências aos países vizinhos, sobretudo para Angola. O inconveniente das fronteiras africanas é que esta separação é feita de modo natural (rios, floresta...), o que facilita a entrada de um conflito eminente fronteiriço.

O presidente Kabila foi assassinado em 2001, e nesta sequência gerou-se um período de grande instabilidade política e social no país. Sucede-lhe deste modo, o filho Joseph Kabila, por indicação da junta militar.

Com a ascensão do novo presidente ao poder, foi assinado um novo acordo de paz em 2002, entre a RDC e o Ruanda, com o objectivo de negociar a retirada das tropas ruandesas do território da RDC.

Esta era a oportunidade do país apresentar alguns avanços políticos e sociais, de modo a mudar a imagem do país que estava deturpada a anos, resultado dos conflitos incessantes.

A avaliação que se pode fazer deste conflito é que o mesmo apresentou várias fisionomias, pois é um conflito étnico, nacionalista.

No ponto a seguir explicarei pormenorizadamente o papel de Angola e a SADC no conflito da RDC. O que motivou a entrada destes no conflito e as consequências desta posição respeitada.

4.3- As relações bilaterais de Angola

É importante Angola traçar uma boa política interna regional, de modo a suprir eventuais constrangimentos que possam acontecer ao seu redor, tornando-se consistente e pouco vulnerável aos acontecimentos externos à sua fronteira. Um Estado com bases sólidas e devidamente estruturado a nível político e securitário, dificilmente é apanhado de surpresa por eventuais constrangimentos externos.

O terrorismo é uma das questões em que Angola tem dado uma especial atenção. O combate do mesmo tem vindo a ser analisado com bastante profundidade, uma vez que assola diversos países da região, e tendo em consideração, sempre, de que o uso da violência não é aceitável na resolução dos problemas.

O alargamento e reforço dos mecanismos internacionais na luta contra o terrorismo, com o apoio dos serviços de inteligência, visando instaurar um clima de paz, concórdia e boa vizinhança, estende-se a todos os países membros da África Austral.

A relação regional de Angola tem que ser vista de dois modos, de um lado em relação as relações bilaterais e do outro lado em detrimento das relações aos agrupamentos regionais.

Angola, assim como os restantes países que compõe a SADC, têm dado especial atenção ao tema da segurança. Na África Central, uma análise atenta relativa aos novos organismos que passaram a integrar a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), mostra claramente a importância prática decorrente da criação de sectores integrativos de segurança na instituição.

As questões de foro da segurança passarão a ter um maior destaque em relação aos países limítrofes de Angola. Segundo o Ministro das Relações Exteriores, George Chicoti, o Estado angolano terá maior atenção por parte da Diplomacia.

De acordo à George Chicoti, a política externa de Angola, auxilia relações de boa vizinhança, fundamentadas em princípios de respeito pela soberania, igualdade e integridade territorial dos Estados, dentro de uma cooperação reciprocamente vantajosa, e continuará a defender estes princípios para uma boa conduta da política externa, e salvaguarda da sua imagem no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores de Angola, apontou como prioridade a inserção de Angola nas organizações e instituições, cujos objectivos se coadunam com os interesses nacionais, o estabelecimento de parcerias nos domínios político, económico e social, susceptíveis de promover a imagem do país além-fronteira, e tendo em conta a reciprocidade de vantagens mútuas.

Foram desenvolvidas várias acções em 2013 por parte dos Ministérios das Relações Exteriores de cada Estado-membro da SADC, entre elas, o estabelecimento e aprofundamento da cooperação com os demais países, tendo como prioridade os países limítrofes e as regiões Central e Austral de África.

Estes pontos fazem parte da Agenda Estratégica do Executivo angolano e deve dar-se o cumprimento destas responsabilidades para a consecução dos objectivos do programa Nacional de Desenvolvimento para 2013-2017.

Todos estes desdobramentos projectaram Angola regionalmente, não só ao intervir militarmente na RDC (teve um papel fundamental na assinatura do acordo de paz para o término do conflito), mas criando condições militares para o término das hostilidades regionais, inclusive fronteiriços, contribuindo para o desenvolvimento de um processo político que culminou com a eleição de Joseph Kabila para a presidência da RDC, à normalização institucional do Congo Brazzaville e à garantia das suas fronteiras, o que possibilitou o término da guerra civil angolana.

4.3.1- O papel de Angola nos Conflitos na RDC.

“A margem do IV Congresso Internacional da África Lusófona, que decorreu na Universidade Lusófona, em Lisboa, a 12 de Maio de 2010, o general português José Loureiro dos Santos defendeu que Angola é uma "potência muito importante" para a estabilização da África Austral, mais do que a África do Sul.”

Embora seja um Estado que vivenciou um longo período de Guerra Civil e gerou desastrosas consequências, e sendo assim recente os passos dados para uma reestruturação política interna e externa, económica e social, aos poucos vai reunindo todos os factores para se fixar como uma potência regional. Paulatinamente vai ganhando espaço, de modo a que vai implementando e solidificando a sua Política Externa.

É um Estado bastante rico em recursos naturais, e é entre os Estados da África central e África Austral o que melhor estabilidade apresenta, com a excepção da África do Sul, que possui a maior economia da África Austral e apresenta um desenvolvimento a nível político e económico bastante considerável. Angola tem um papel fundamental na manutenção de paz em determinadas zonas do continente africano, sobretudo na região da África Central.

“Angola perfila-se na África Austral como uma potência que tem alguma estabilidade. Tem melhores hipóteses do que África do Sul, que tem dificuldades que não existem nas ex-colónias portuguesas, nomeadamente o da propriedade dos solos. Angola é um país rico, que se vê que está com ambição e que tem todos os elementos para a prazo, se transformar numa democracia normal naquela região. ” ⁶²

Angola privilegia-se da geoestratégia e da geopolítica da região dos Grandes Lagos, não esquecendo que é um dos poucos países que pertence à região da África Austral e dos Grandes Lagos. Angola, pelas suas características, apresenta as melhores condições para assegurar as divergências e o bom andamento político dos Estados na região dos Grandes Lagos.

⁶² Palavras proferidas pelo General Loureiro dos Santos durante o IV Congresso Internacional da África Lusófona na Universidade Lusófona.

A presença de Angola no conflito da RDC teve uma conotação positiva. Reuniu mecanismos estratégicos para conter a expansão do conflito fora das suas fronteiras, que era uma das maiores preocupações dos Estados vizinhos.

Inicialmente a RDC, não fazia parte da SADC, esta passou a integrar a organização sub-regional por iniciativa do Estado angolano como uma estratégia política, para se proteger de um eventual “descuido” dos conflitos, e consequentemente o transbordo para lá das suas fronteiras.

Foi nesta sequência que a RDC passou a membro da SADC, durante dos conflitos ocorridos nesta região, que Angola sugere a entrada da RDC para a SADC. A partilha da fronteira entre Angola e a RDC é uma das razões que explicam o empenho do Estado angolano na resolução do conflito no Grandes Lagos.

Se olharmos bem para o mapa de África, notaremos que a RDC em nada tem a ver com África Austral, pois encontra-se mais a centro do continente africano.

Esta foi uma estratégia que Angola encontrou para salvaguardar o seu território nacional e dos demais Estados-membros. A RDC, fazendo parte da SADC, passaria a ser mais fácil conter o alastramento do conflito, e quem controlasse a RDC controlaria a parte da Região dos Grandes Lagos. Que por sua vez é uma região de grande interesse estratégico, como já foi referido no ponto anterior.

Angola não tem medido esforços para levar a paz e a estabilidade à região dos Grandes Lagos, sobretudo na pacificação dos conflitos da RDC, embora seja uma conjuntura bastante complexa, os resultados têm sido positivos e apesar da sua complexidade. Paz e estabilidade têm sido prioridade na diplomacia angolana nesta região.

Deste modo, Angola detém a presidência da Conferência Internacional da Região dos Grande Lagos (CIRGL), integrada por 14 países membros e observadores.

Como é sabido, Angola actua na ONU, como membro não-permanente no Conselho de Segurança. Deste modo tem levado as preocupações dos conflitos nos Grandes Lagos em questões internacionais para aplicar o pacto de defesa, segurança,

estabilidade da organização, que diz que nenhum país membro pode atacar ou desestabilizar outro país.

Angola não tem medido esforços para a estabilidade nesta região, e tais feitos têm sido notórios aos olhos dos demais Estados no Sistema Internacional, de tal modo, que tem sido alvo de elogios. A sua contribuição tem sido muito positiva e decisiva para a definição de uma estratégia que visa impulsionar o processo de pacificação da RDC.

Sendo assim, analisaremos em seguida a Política Externa angolana, os seus feitos, os caminhos percorridos, as debilidades e os ganhos.

4.3.2- As relações bilaterais entre Angola e a África do Sul

Durante o período da Guerra Civil angolana, as relações entre Angola e a África do Sul eram conflituosas. O governo sul-africano teve interferência no conflito ao lado da UNITA propriamente na componente militar, durante o período em que este vivia o regime do *apartheid*.

Face a essa intervenção sul-africana surge-nos a seguinte pergunta: Quais foram os reais motivos que levaram a que a África do Sul se ingerisse num conflito doméstico e justamente a apoiar Jonas Savimbi?

Na sequência do desfecho da batalha do Cuíto-Cuanavale, as tropas sul-africanas foram desmanteladas, e viram-se forçadas a abandonar o território angolano. Após este conflito, o governo sul-africano, repensou sobre a conduta política do seu país e declarou a independência do povo namibiano. Consequentemente, com o término do regime do *apartheid*, passa a integrar a SADC.

A entrada da África do Sul na SADC foi vantajosa para esta organização, porque a África do Sul, apresentava maior estabilidade económica e um nível de desenvolvimento maior do que os restantes países da África Austral, o que dava um certo protagonismo e credibilidade à organização. Angola estava devastada com os vestígios dos conflitos, e não tinha a mesma estabilidade que a África do Sul.

Nasce um desejo de competição pela supremacia da região austral através da SADC por parte da África do Sul e Angola. Eram os dois maiores, e almejavam a soberania nesta região. Embora tendo a África do Sul determinadas vantagens no que tange a economia, desenvolvimento social e político, Angola também, ainda que devastada devido aos conflitos internos, com as infra-estruturas perdidas, determinados serviços desactivados, e uma economia por desenvolver e solidificar, apresentava vantagens, pois é abundante em recursos naturais, como petróleo, diamante e madeira.

Angola aos poucos foi ganhando notoriedade no sistema internacional, passa a integrar organizações sub-regionais e internacionais de modo activo. Angola e África do Sul são as maiores economias e potências militares na SADC, por esta razão, os dois países têm nos seus ombros a responsabilidade da integração económica, preservação da paz, segurança e estabilidade na Comunidade.

“Procura apresentar uma geopolítica que sirva para fazer a paz (...) que se distancie dos mitos geopolíticos (...) e constitua a base de uma geopolítica alternativa.”⁶³ A disputa entre estes dois estados, sempre foi uma disputada de poder, não uma disputada bélica.

Angola, não mais cairia no dissabor de se envolver num outro conflito semelhante ao que vivenciou no passado, porque ainda hoje se podem notar os vestígios deixados. Por isso, adopta uma Diplomacia pacífica com os membros da África Austral, ainda que determinados Estados estejam a vivenciar conflitos duradouros, Angola de tudo tem feito para que estes não se espalhem pelas fronteiras angolanas e tem tido um papel mediador na resolução destes conflitos.

Os antagonismos que se faziam sentir no período da Guerra Civil angolana, já não se fazem sentir entre os dois Estados. Hoje estes fazem-se presentes em diferentes organizações regionais e internacionais, e mutuamente tendem a encontrar mecanismos de cooperação em diferentes sectores.

“Angola e a África do Sul começaram uma nova era de cooperação económica com a criação de uma parceria estratégica entre os dois países desde Agosto de 2009,

⁶³ Correia, Pedro de Pezarat, Nação e Defesa. Nova Geopolítica

quando o Presidente José Eduardo dos Santos e o seu homólogo, o Presidente Jacob Zuma, assinaram, em Luanda, os primeiros acordos dos serviços áreas e consultas diplomáticas assim como os memorandos sobre transacção, indústria, comércio, habitação, desporto e recreação.”⁶⁴

Angola e a África do Sul cooperam juntos nas áreas de educação. O Ministro da Educação da África do Sul, *Blade Nzimande*, deslocou-se à Angola a fim de reunir com o seu homólogo, para traçarem as linhas estratégicas na área da educação.

O acordo foi assinado com o intuito de reforçar a cooperação bilateral, facilitar a formação de professores e troca de experiências, e colaboração na área do ensino superior entre os dois países.

O Ministro da Educação da África do Sul, defendeu a extensão da cooperação a nível do ensino superior e da investigação entre os países na SADC, com vista ao progresso da região.

4.3.3- Angola na resolução dos conflitos em África

Angola faz parte de duas sub-regiões em África, não se limitando somente a região da África Austral, mas também à região centro-africana, fazendo parte de igual modo, das organizações regionais destas sub-regiões.

Enquanto Estado da África centro-austral, com capacidade de decisão na gestão dos conflitos, terrorismo e diversificações políticas, que assumem na região, sucede como um dos vértices geradores de estabilidade no triângulo centro-africano, onde a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), emergem como os pontos de ligação desse triângulo. ⁶⁵

São inúmeros os acontecimentos políticos que marcam a região de África. Grande parte dos conflitos políticos têm a mesma base. Líderes no poder há muitos anos,

⁶⁴ Angola Diplomatic mission to South Africa, <http://www.angolanembassy.org/cooperacao.html>

⁶⁵ Eugénio Costa Almeida - Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL

eleições pouco transparentes, insatisfação dos partidos da oposição, que acabam por desestabilizar o país, ou seja, acaba gerando um descontentamento que culmina na grande maioria em sucessivos golpes militares. Não foi muito diferente na Guiné-Bissau, aonde Angola teve um papel de mediador do conflito numa fase inicial.

A 12 de Abril de 2012, deu-se um Golpe de Estado na Guiné-Bissau. Dezenas de militares tomaram a sede do partido PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e da Radio Nacional.

Esteve na génese deste conflito, o descontentamento da oposição nas eleições de 18 de Março de 2012. Houve denúncias por parte oposição, de “fraude generalizada” na primeira volta das eleições presidenciais, antecipadas devido ao passamento físico do anterior presidente, Malam Bacai Sanhá, em Janeiro de 2012.

Diante da instabilidade do país, deu-se a necessidade de haver uma intervenção política e militar por parte das organizações regionais, de modo a repor a legalidade. Nesta altura, a SADC e a ECOWAS, mostraram-se dispostas a regularizar a situação.

Por parte da SADC, interveio Angola, através da *Missang*⁶⁶, mas havia uma disputa da ECOWAS de também se fazer presente na resolução deste conflito, representada pela Nigéria. No fundo estes dois lutavam pela supremacia da região.

As tropas da *Missang* acabaram não tendo o desfecho que pretendiam, e permaneceu a ECOWAS no território.

É claro que na resolução de todas as crises da região austral, Angola tem emprestado a sua experiência particular em lidar com situações de muita tensão e participa activamente como executor da paz, criando não só fóruns de diálogo, como foi o caso das partes em conflito para a crise RDC, mas, envolvendo-se e dando um contributo positivo na busca de soluções pacíficas e eficazes.⁶⁷

⁶⁶ Missão de apoio à reforma do sector de defesa e segurança da Guiné-Bissau.

⁶⁷ Edvalda dos Santos, “Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC”.

A Estrutura de Mediação e Conflito, criada para ajudar a resolver conflitos por meio de diálogo aberto ou restrito, é também um dos instrumentos usados pela SADC para manter a paz e a segurança.

A SADC confirma a sua fidelidade aos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas, bem como prevê a observância dos princípios da igualdade, interesse e respeito mútuo pela independência, soberania, integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de vantagens.

Capítulo V

5- Angola nas Relações Internacionais

5.1- Angola na Presidência do Fórum Parlamentar da SADC

O FP-SADC é um órgão da SADC, que reúne os parlamentos dos Estados-membros da organização. Ainda que não esteja estipulado no tratado de Windhoek de 1996, relativamente ao artigo que diz respeito aos órgãos da SADC, este também é um dos órgãos e com grande um grande dinamismo.

Partindo do pressuposto que conta do artigo 23.º do Tratado da SADC, segundo a qual a organização obriga-se a envolver os povos da região no processo de integração, a aceitação do princípio de representação dos povos norteou a decisão dos Chefes de Estados e Governos.

Este fórum, tem o objectivo proporcionar uma plataforma para reunir todos os parlamentos e parlamentares que compõe a SADC, no sentido de promover e melhorar a integração regional na região, através da participação parlamentar.

O FP-SADC tem funções consultivas. O estabelecimento do mesmo é a expressão do envolvimento dos povos, e parecendo esta, ser a razão que justifica a sua natureza de uma Assembleia Consultiva, orientada para um percurso idêntico realizado pelo Parlamento Africano, antes de se tornar numa instituição de representação dos Povos africanos.

Enquanto Assembleia Consultiva, falta-lhe o papel de censurar a actividade do Secretariado Executivo, que tem a missão de executar a estratégia da SADC.

Prevê-se uma revisão do Tratado da SADC, de modo a suprir esta lacuna, e para tal, os chefes de Estado e de Governo deverão assumir mecanismos de controlo político que só pode centrar-se num Parlamento, com por exemplo o poder de rejeitar ou aprovar o Orçamento da SADC e fazer propostas de rectificações.

O propósito de algumas discussões para revisão o Tratado de Windhoek, foca-se no objectivo de alterar o FP-SADC para que tome a forma de um Parlamento, com toda a legitimidade que este apresenta, ao fim de poder representar num todo o povo da África Austral, passando este em conjunto com os parlamentos nacionais do estados-

membros criar estratégias para a SADC, deixando este de depender das estratégias que são traçadas pelo Secretariado Executivo.

Com a implementação de um Parlamento da SADC, dar-se-á uma importância de criar Partidos Regionais, que reforçaria uma hipotética “dimensão federal”, conferindo importância aos Partidos Nacionais, passando a reafirmar o papel dos parlamentos nacionais e dos processos eleitorais nacionais na representação dos Partidos no futuro Parlamento.

O processo de transformação do FP-SADC em Parlamento, é caracterizado por momentos de avanços e recuos próprios de processos complexos que envolvem a multiplicidade de actores e de interesses não harmonizados.⁶⁸ Tem sido um processo difícil, devido a indefinição de muitos membros.

Dada a indefinição de determinados Estados-Membros, no que diz respeito a escolha da revisão do Tratado propõe-se o seguinte:

- Inventariar de forma concisa o conjunto de países que tenham alcançado um consenso nacional sobre esta mudança;
- Promover contactos com o Ministério das Relações Exteriores de Angola, de preferência com o Governo das eleições de 2017, pela sensibilidade do futuro Chefe de Estado sobre este matéria e pelo percurso parlamentar, ao fim de envolver a diplomacia angolana nas negociações com os Estados que não tenham obtido ainda um consenso nacional e que tenham manifestado voto contra a intenção;
- Decidir sobre o caminho a seguir, entre a revisão do Tratado ou a elaboração de um Protocolo adicional.

Actualmente Angola é o presidente do FP-SADC. Este assumiu a presidência do Fórum a 13 de Novembro de 2016, em Harare, capital do Zimbabwe para um mandato de dois anos, até 2018. A linha de força para o mandato de Angola, relativamente ao plano estratégico do FP-SADC para 2014-2019 define as seguintes áreas estratégicas:

⁶⁸ Palavras do Dr. Elias Chinguli, Director do Gabinete de Estudos Parlamentares.

- Advocacia e *lobbying* a favor de um Parlamento Regional, no médio e longo prazo;
- Formalização das relações políticas e operacionais com o Parlamento Pan-Africano;
- Aumento da visibilidade do FP-SADC;
- Asseguramento da sustentabilidade financeira a longo prazo, e das necessidades do FP-SADC em termos de recursos humanos;
- Melhorar a interligação institucional entre os órgãos do FP-SADC e o Secretariado da SADC.

Ainda sobre as linhas de força de Angola para esse mandato, as metas e objectivos de trabalho definido pelo Presidente da Assembleia de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos são as seguintes:

- Evolução do processo de transformação de FP-SADC em Parlamento Regional;
- Velar para que as línguas, português e francês sejam as línguas de trabalho efectivas nos termos do artigo 28.º da Constituição do FP-SADC;
- Gestão financeira transparente e maior equidade no recrutamento de quadros.

Para o mandato do Presidente da Assembleia Nacional de Angola, podem ser agrupadas em três principais áreas:

- a) Área política, paz e segurança;
 - Velar pela defesa dos princípios e objectivos que regulam o funcionamento da FP-SADC;
 - Presidir e orientar as sessões plenárias e o Comité Executivo nos termos do n.º 3 do artigo 11.º e do n.º 4 do artigo 13.º da Constituição;
 - Orientar e supervisionar os eventos ligados aos comités Permanentes, Programas e actividades de formação;

- Orientar a realização de missões de acompanhamento da evolução política e de segurança da região;
- Trabalhar para o aprofundamento e consolidação da democracia e estabilidade política nos países da região.

b) Democracia e boa governação;

- Orientar e realizar missões de observação eleitoral e de prevenção de conflitos pós-eleitorais;
- Acompanhar permanentemente a evolução da situação política e dos direitos humanos na região.

No decurso da sua presidência, Angola tem o dever e o privilégio de traçar as estratégias que dizem respeito a desenvoltura regional, não esquecendo do destaque que passa a ter a nível regional e internacional.

5.2- Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Antes de dar início ao tema, achei pertinente, citar os órgãos que compõe a ONU. Sendo assim, com maior precisão, passo a citar o artigo 7.º da Carta das Nações Unidas, “Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Económico e Social, um conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado. Serão estabelecidos, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados de necessidade”.⁶⁹

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é um órgão de grande importância e poderoso nas Nações Unidas. Este é composto por 15 membros, dos quais 10 são

⁶⁹ Carta das nações Unidas, capítulo V, artigo 7.º

membros não permanentes⁷⁰ e os restantes 5 são membros permanentes com direito a veto⁷¹ e rotativos a cada 2 anos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas é um órgão representativo, aonde se encontram todos os Estados que pertencem a Organização. Ambos os órgãos funcionam em concordância e hierarquicamente de acordo a Carta das Nações Unidas, e nenhum destes órgãos está acima do outro.

A relação entre estes órgãos está plasmada, e devidamente fundamentada nos artigos 11, 12, 15, 24 e 25 da Carta das Nações Unidas.⁷²

Angola faz parte da Organização das Nações Unidas a 38 anos. Em 13 anos de paz, é a segunda vez que este mesmo país faz parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente. Tendo sido a primeira vez em 2002 e a segunda em 2015, esta última com 190 votos dos 193 membros presentes.

É um órgão que zela pela segurança e manutenção da paz no sistema internacional.⁷³

“O Conselho de Segurança tem a responsabilidade primária e não exclusiva da manutenção da paz, atendendo que em caso de incapacidade de agir por parte do CSNU, a Assembleia Geral tem o poder de o fazer.”⁷⁴

Assembleia Geral também debruça-se em matérias de paz, embora tenha um sítio mais restrito, a própria carta das nações unidas, declara-se sobre as competências da assembleia geral em matéria de paz, deste modo passo a citar o artigo 11 da mesma, “ A

⁷⁰ EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França

⁷¹ Unanimidade das grandes potências

⁷² Angola no CSNU, pág. 50.

⁷³ Artigo 24, n.º 1 e 2 da Carta das Nações Unidas, passa a citar “os membros conferem ao CSNU a responsabilidade de principal da manutenção da paz e de segurança internacional e reconhecem que ao cumprir com este dever que lhe impõe esta responsabilidade, CSNU, age em nome deles e em conformidade com os objectivos e princípios das Nações Unidas

⁷⁴ SILVA, José Paulino Cunha; ANTÓNIO, Teté; GODINHO, Isabel de Jesus da Costa- *Angola no Conselho de Segurança da ONU 2003-2004*, 2ª Edição, Imprensa nacional casa moderna, pág., 50.

Assembleia Geral pode estudar os princípios gerais de cooperação e manutenção da paz e da segurança internacional e pide debater de todas as questões relativas aos domínios supracitados sob pedido de um dos Estados membros ou CSNU”.⁷⁵

A entrada de Angola no CSNU como membro não-permanente constitui um marco importante para elaboração da história da diplomacia angolana. Ora bem, como é feita esta condição de membro do CSNU? A carta da ONU, no n.º1 do artigo 23, define claramente as condições para um país candidatar-se a membro não permanente do CSNU ao estipular que “a Assembleia Geral deverá eleger 10 membros das Nações Unidas para serem membros não permanentes do CSNU, tomando especialmente em consideração, em primeiro lugar, a contribuição dos membros da Organização à manutenção da paz, e à segurança internacional e a outros objectivos da Organização, bem como uma distribuição geográfica equitativa”.⁷⁶

Como sabemos, a Política Externa angolana privilegia a cooperação pela paz, liberdade e desenvolvimento. Neste sentido, relativamente a ONU, é de uma importância estratégica ter um país africano no CSNU, e constitui decerto, uma mais-valia para a imagem do país no sistema internacional

A entrada de Angola, pela primeira vez no CSNU, deu-se logo a seguir ao término de um logo conflito armado (Guerra Civil), um momento determinante para o país.

A presença de Angola neste órgão de segurança tem contribuído para o engajamento cada vez mais activo na comunidade internacional a favor de um conjunto de valores e o zelo pela dignidade humana e os Direitos Humanos.

Os países quando entram para o CSNU, entram com uma agenda já traçada e bem definida, preenchida com os seus interesses no que diz respeito a sua região, não

⁷⁵ SILVA, José Paulino Cunha; ANTÓNIO, Teté; GODINHO, Isabel de Jesus da Costa- *Angola no Conselho de Segurança da ONU 2003-2004*, 2ª Edição, Imprensa nacional casa moderna, pág. 51

⁷⁶ Artigo emendado pela Assembleia Geral a 17 de Dezembro de 1963; esta emenda entrou em vigor a 31 de Agosto de 1965, e visava a materialização da decisão sobre o aumento do número de membros do CSNU DE 11 A 15, ou seja 10 não permanentes e 5 permanentes.

querendo dizer com isso que ignoram os problemas ocorridos em outras regiões do mundo, apenas têm prioridades nas suas agendas.

Temos como exemplo, o período em que Angola entrou pela primeira vez para o CSNU, isso em 2002, período marcado por graves conflitos no Iraque, em que a prioridade da agenda de Angola era a resolução das crises políticas em África, ainda que não tivessem a mesma proporção que o Iraque.

Ainda assim não significou que Angola estava as “cegas” para o que ocorria do outro lado do mundo.

Deste modo, ainda durante a primeira candidatura de Angola no CSNU, “os conflitos africanos constituíram prioridades para a República de Angola, preocupada igualmente com o tratamento desigual muitas das vezes reservado pela Comunidade Internacional às tragédias que ocorrem no solo africano.”⁷⁷

Um dos principais focos de Angola durante essa “missão” é de privilegiar os interesses em causa sobre o continente africano. Sobretudo a questão da região dos Grandes Lagos, que é uma zona de grande instabilidade.

Os conflitos na RDC, também são prioridade para a Política Externa de Angola, uma vez que se estende por anos e tem trazido consequências para os países vizinhos. Tais consequências, como a questão dos refugiados, a entrada ilegal destes em países vizinhos, sobretudo no Estado Angolano.

Tem trazido transtornos para a economia destes, e a estruturação social, construção de bairros de lada, surgimento de enfermidades uma vez que o saneamento básico não atende a para todos, pois não tendo uma estimativa da população torna-se difícil ter este controlo.

O aumento do nível de criminalidade é também uma das consequências, pois estes sem condições adequadas de vida tornam-se delinquentes, e causam instabilidade

⁷⁷ FONSECA, Carlos Alberto S. de Carvalho, *jurista e professor Universitário*.

nas áreas em que se “alojam”. O tráfico drogas, prostituição e até tráfico humano e de seres humanos são os crimes mais comuns deste fenómeno de refugiados ilegais.

A entrada de Angola no CSNU é uma estratégia política pois vai se fazer valer os interesses dos estados africanos e constatar-se-á de certo modo uma notoriedade do Estado Angolano. A instabilidade na região dos Grandes Lagos, nomeadamente o conflito na RDC, fazem parte da agenda da ONU.

Angola tem tido um papel bastante activo na conferência da região dos Grandes Lagos, de tudo tem feito para levar a estabilidade nesta região, em que o conflito já dura alguns anos.

6- Conclusões

O continente africano conseguiu, à semelhança de outros continentes, encontrar nas organizações regionais o meio para enfrentar os desafios que o SI impõe, por meio da globalização, mas também, por meio do complexo alinhamento político que surgiu em consequência dos grandes conflitos mundiais e até da Guerra-Fria.

Organizados em regiões, os países africanos visam atingir os seus objectivos, com base na autodeterminação dos povos africanos e no direito a soberania, adquirindo o direito legítimo de decidir o seu próprio destino.

A então SADCC, antecessora da SADC, como vimos antes, teve uma origem histórica bastante significativa, antecedida por uma série de organizações que culminaram com a criação dos Estados da Linha de Frente. A SADC é um dos casos mais emblemáticos quando se fala em integração securitária em África, tendo em conta a origem, assente na necessidade dos países da região austral, de fazerem frente ao regime do *apartheid* da África do Sul.⁷⁸

A SADC tem procurado no contexto da África Austral resolver conflitos, e criar nesta zona, um clima estável de segurança e paz, propenso ao crescimento e desenvolvimento sustentável que por sua vez levará ao fim da pobreza, que está na génese de muitos conflitos. A pobreza e consequentemente a fome, levam ao surgimento de “guerras” pela segurança alimentar, pelo que SADC visa buscar mecanismos para atenuar a fome nos países da África Austral.⁷⁹

A pobreza é um dos factores que contribui para a instabilidade de um determinado Estado, bem como a pouca instrução da sua população. Do meu humilde ponto de vista, e pude verificar no decorrer da minha investigação científica, um Estado que abre oportunidades ao seu povo torna-se menos “doente”, e pouco propenso à

⁷⁸ A Integração Securitária na África Austral: A SADC e o OPDS* set 2015 https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/SCHUTZ-A-Integra%C3%A7%C3%A3o-Securit%C3%A1ria-na-%C3%81frica-Austral_A-SADC-e-o-OPDS.pdf

⁷⁹ Existe segurança alimentar quando todos os indivíduos, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para atenderem as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável (Definição da FAO, 1996).

instabilidade política causada por revoltas, pois um povo desalentado cria poucas revoltas em massa.

O artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos emana que “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação”⁸⁰, declara a alimentação como um dos direitos fundamentais no enalço da garantia da dignidade da pessoa humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o primeiro instrumento a reconhecer na jurisdição Internacional o direito à alimentação como uma incumbência imperativa de todos os Estados diante de seus nacionais e da Comunidade de Estados.⁸¹

Na Carta dos Direitos Sociais Fundamentais da SADC estão reflectidos alguns instrumentos, entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deste modo os Estados-membros comprometem-se a respeitar os direitos fundamentais referidos na presente Carta.

São inúmeros os factores que aspiram Angola à líder preponderante na região Austral de África, capaz de num futuro próximo poder estar num patamar comparativo ao que a África do Sul agora ocupa. É um Estado-membro pivô e de considerável importância na SADC, pois, além de ser a segunda maior força política e económica da região, fornece ainda efectivos militares para a composição da 5.ª Brigada da Unidade Africana, com sede em Gaborone, Botswana.

O Estado angolano e a potência Sul-africana estabelecem uma aliança de actuação numa perspectiva de empoderamento da SADC, visando objectivos e metas comuns.

Olhando um pouco para os anos que passaram, e observando com cuidado os caminhos trilhados por Angola, são notórias as evoluções a nível político, na esfera tanto interna quanto externa.

Um país devastado pela guerra, cujo conflito deixou consequências que ainda hoje se fazem presentes, teve que recomeçar a todos os níveis. Pela experiência dos conflitos que evidenciou dentro do próprio território durante mais de 30 anos, e

⁸⁰ ONU, 1948, p.76

⁸¹ <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/1.-FAO-Artigo.pdf>

conhecendo as consequências que este arrasta consigo, o Estado angolano, mostra-se sempre pronto para ajudar a resolver os conflitos fronteiriços.

Uma vez que as limitações fronteiriças em África são naturais, qualquer distração por parte das autoridades locais, é capaz de criar um desconforto interno. A imigração ilegal acaba sendo um factor de risco para um determinado Estado. Este fenómeno em Angola atingiu, nos últimos tempos, dimensões preocupantes, pelo que constitui ameaça à estabilidade política, económica e social, bem como à segurança nacional. Deste modo os Órgãos de Segurança Nacional têm criado estratégias a fim de atenuar este fenómeno em concomitância com os seus parceiros políticos fora das suas fronteiras.

Relativamente a questão da segurança em zonas de grandes conflitos, como o caso em particular da República Democrática do Congo, a SADC de tudo tem feito para levar a estabilidade a estas zonas, visando sempre encontrar soluções plausíveis e duradouras.

A RDC é uma zona de forte instabilidade política, os conflitos armados são recorrentes, o que deixa o Comunidade Internacional em constante alerta. A actuação da SADC para estabelecer a paz nesta zona é a prova do esforço e maturidade desta Organização Regional em querer evitar que os conflitos dos países membros se arrastem para além das suas fronteiras, provocando dimensões ainda maiores.

No que diz respeito a questão política de Madagáscar, todo o esforço da SADC em mediar a crise por meio de um representante especial, que culminou nas eleições, mostrou que a resolução de conflitos em base regional mais restrita, diferente do que se procurava na UA, tem efeito mais positivo.⁸²

Angola prontificou-se em dar a conhecer as directrizes da SADC para a solução da resolução dos conflitos, acreditando que é preciso que os povos da região austral estejam conscientes dos fins da Comunidade a que pertencem, para que a esta organização passe a ganhar maior protagonismo a nível de África e não só.

Do meu ponto de vista, Angola é um Estado perspicaz e com grande dinâmica e força política, o que pode-se verificar no decorrer da sua história política entre episódios

⁸² Edvalda dos Santos, “Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC”.

sangrentos e de orgulho nacional. A sua caminhada até aos dias de hoje nem sempre foi fácil, mas este, apostou nos parceiros políticos e económicos assertivos que de certo modo contribuíam para a sua dinamização na esfera Internacional.

Nos dias de hoje ocupa os patamares mais altos a nível regional no que tange a resolução de conflitos por intermédio do diálogo político e nunca pautando por recursos armamentísticos. Angola neste momento assume a presidência do Fórum Parlamentar da SADC, tem feito o seu melhor para se mostrar competente nas funções que lhe foram atribuídas por um mandado de dois anos.

7- Bibliografia

- Almeida, E. C. (11 de Setembro de 2014). O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: Contributos para a segurança regional. Lisboa, Portugal. Obtido de http://www.elcalmeida.net/File_pdfs/CIEA9_Angola-num-vertice-do-quadriletero-centra-austral-de-Africa-Resumo_oral.pdf
- Carta das Nações Unidas*. (s.d.).
- Correia, P. d. (2010). *Geopolítica e Geoestratégia*. Portugal : Edições Almedina .
- Correia, P. d. (2016). Nova geopolítica . *Nação e Defesa* .
- Council* . (Abril de 2017). Obtido de SADC: <http://www.sadc.int/about-sadc/sadc-institutions/council/>
- De la Politique les états. (s.d.). Em A. Plantey.
- Declaração Universal da Convenção de Viena sobre os Tratados . (s.d.).
- Declaration & Treaty of SADC* (1992. (Abril de 2017). Obtido de SADC : http://www.sadc.int/documents-publications/show/Declaration__Treaty_of_SADC.pdf
- Diplomacia pura. (2013). Em J. C. Magalhães . Portugal: Bizâncio.
- Dopcke, W. (s.d.). In revista brasileira de política internacional.
- Gomes, C. S. (2016). *Política externa numa estratégia nacional*.
- Gomes, G. S. (Agosto de 2016). Obtido de Política externa e a diplomacia numa estratégia nacional : <http://docplayer.com.br/10716249-A-politica-externa-e-a-diplomacia-numa-estrategia-nacional.html>
- Gomes, G. S. (Agosto de 2016). *Política externa e a diplomacia numa estratégia nacional* . Obtido de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf
- Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos* . São Paulo : Companhia das letras .
- José Paulino Cunha, T. A. (2003-2004). Angola diplomatic mission to south african . *Angola no conselho de segurança da ONU*, p. 50.
- José Paulino Cunha, T. A. (2003-2004). Angola no Conselho de Segurança da ONU. p. 51.
- Magalhães, J. G. (1982). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Associação portuguesa para o estudo das relações internacionais .
- Mariano, K. P. (2007). *Globalização, Integração e o Estado*. São Paulo : Lua Nova .
- McGrew, D. H. (2003). *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate*. Cambridge : Published Cambridge .

- Mello, C. D. (1979). *Direito Internacional Público*. Biblioteca jurídica.
- Prof. Jonathan Mayuyuka Kaunda, T. H. (2012). *SADC Pense Conferência Tank sobre Integração Regional*. Maputo.
- Rousseuau, J. J. (2006). Contrato Social. Em *Princípios do Direito Político* (p. 222). São Paulo: Martins Fontes.
- Rousseuau, J. J. (2006). *Contrato Social*. São Paulo : Martins Fontes .
- SADC objectives* . (abril de 2017). Obtido de SADC: <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-objectiv/>
- SADC overview* . (Abril de 2017). Obtido de SADC: <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/>
- Santos, E. J. (2015). *Objectivos e actuação programática de Angola dentro da SADC*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* . Rio de Janeiro : Record.
- Tomassi, C. F. (Agosto de 2016). Desafios da integração económica e o gigante sul-africano. p. 4.

8- Índice de Ilustrações

Figura 1 Mapa sobre a localização do acontecimento da Batalha do Cuito Cuanavale	25
Figura 2 Mapa da SADC.....	43